

## Proc. Administrativo 4.279/2023

**De:** Lucimara M. - SEMAD-DCOM

**Para:** SEMAD-SP - Setor de Planejamento

**Data:** 18/10/2023 às 15:06:00

**Setores envolvidos:**

SEMAD, SEMAD-DCOM, SEMAD-SP

**REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO N 422.2023 - Aquisição de lanches e salgados para eventos destinados as secretarias municipais de Ubatuba .**

—  
**Lucimara Andrade Machado Vieira**

*Chefe de Divisão de Compras*

*Secretaria de Administração*

**Anexos:**

A\_422\_REQUISICAO\_LANCHES\_E\_SALGADOS\_18\_10\_2023.pdf

B\_422\_REQUISICAO\_LANCHES\_E\_SALGADOS\_18\_10\_2023.doc

C\_1\_ORCAMENTO\_DANIELA\_FRANCISCA\_UHULL\_29\_09\_2023.pdf

C\_2\_ORCAMENTO\_TROPICAL.pdf

C\_3\_ORCAMENTO\_BRAVO.pdf

C\_4\_ATA\_283.pdf

D\_PLANILHA\_DE\_COMPOSICAO\_DE\_CUSTOS\_Planilhas\_Google.pdf

## 1. REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 422/2023

## 2. OBJETO

Aquisição de lanches e salgados para eventos destinado as secretarias municipais de Ubiratã

## 3. VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO

R\$-133.610,00

## 4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04
0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00
1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	935	2.500,00
1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00
1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	939	2.500,00
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1602	2494	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00
0501	2530	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00

		00			
0605	2588	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1203	2648	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1401	2650	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1801	2666	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.800,00
1802	2667	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2935	2.500,00
1501	13116	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00
1501	13195	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	3390300712 00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00
0605	13635	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00

**Ubiratã – Paraná, 06 de Outubro de 2023**

**Claudinei Edson Dalla Corte**  
**Secretário de Administração**

#### **5. DESPACHO DA SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

Em atenção ao despacho retro, expedido por Vossa Senhoria, informamos a **EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**.

Por conta da indicação das dotações acima, atestamos por consequência a compatibilidade das referidas obrigações com as peças orçamentárias vigentes: PPA, LDO e LOA. Ressalve-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas, **NÃO HAVENDO COM ISSO DESTAQUE OU APRISIONAMENTO DE RECURSOS**, ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício nesta data.

Outrossim, informamos que a análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e seguintes da lei 4.320/64 e se necessário esta secretaria providenciará suplementação das dotações acima previstas. Além disso, **não compete** a contabilidade a análise e determinação do objeto da compra, poder discricionário do Gestor Municipal.

Por fim, alerta-se ao Gestor que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas correspondentes.

Após, encaminha-se ao Gabinete para autorização do Prefeito.

Ubiratã-PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023.

Contador(a)

Secretário(a) das Finanças e do Planejamento

#### **6. DESPACHO DA AUTORIDADE SUPERIOR**

De acordo.

Fábio de Oliveira Dalécio

## 7. DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Data de recebimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023

Hora: \_\_\_\_:\_\_\_\_

Divisão de Licitação

**ANEXO I**  
**COMPLEMENTO À REQUISIÇÃO Nº 422/2023**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. Aquisição de lanches e salgados para eventos destinados as secretarias municipais de Ubatã .

**2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa para preparação de lanches e salgados que serão fornecidos em eventos, palestras, reuniões, conferências, formações e cursos ofertados pelas secretarias, com uma particularidade na Secretaria de Esportes, que deverá ofertar 6 atletas das categorias de base e ou adulto em competições na defesa da honra do Município, em viagens para fora do município de forma a colaborar com a manutenção e condição do atleta.

**3. VALOR DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O valor estimado para a contratação e de R\$-133.610,00 (Cento e trinta e três mil duzentos e seiscentos e dez reais).

**4. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1. A execução do objeto será custeada pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04
0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00
1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	935	2.500,00

1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00
1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	939	2.500,00
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1602	2494	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00
0501	2530	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00
0605	2588	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1203	2648	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1401	2650	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1801	2666	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.800,00
1802	2667	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2935	2.500,00
1501	13116	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00
1501	13195	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00

Assinado por 1 pessoa: CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/459B-82CE-FE19-78F0> e informe o código 459B-82CE-FE19-78F0

0605	13635	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00
------	-------	--------------	---	------	----------

## 5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. Vigência da Contratação: 12 meses.

## 6. INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

### 6.1. Gestor do Contrato:

Secretaria de Administração: Claudinei Edson Dalla Corte  
 Gabinete do Prefeito: Geraldo José dos Santos  
 Secretaria de Educação: Elcia Godinho de Moraes  
 Secretaria da Assistência Social: Claudineia de Sousa Lazaretti  
 Secretaria da Saúde: Lilian Welz  
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Marcos da Silva Retamero  
 Secretaria de Esportes: Rafael de Melo Bartz  
 Secretaria de Serviços Urbanos: Ronaldo Felipe Maciel  
 Secretaria de Agricultura: Thiago Munhoz D' Alecio  
 Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Luiz Antonio Marafon  
 Secretário de Obras: Guilherme Santa Rosa

### 6.2. Fiscal do Contrato

Secretaria de Administração: Lucimara Andrade Machado  
 Gabinete do Prefeito: Francielly Trevillin Luiz do Amaral  
 Secretaria de Educação: Paloma Fabiana de Souza Santos  
 Secretaria da Assistência Social: Jean Carlos Bonissoni  
 Secretaria da Saúde: Roselena Vieira  
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Cintia Candida Paim  
 Secretaria de Esportes: Julio Cesar Menigite  
 Secretaria de Agricultura: Juliana Felizari Gnoatto  
 Secretaria de Serviços Urbanos: Adriana Candida Sluzovski  
 Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Helena Peteck  
 Secretaria de Obras: Vitor Hugo Tiburcio de Almeida

### 6.3. Fiscal do Contrato Substituto:

Secretaria de Administração: Viviane Cristina Ciciliato Retamero  
 Gabinete do Prefeito: Maria Eduarda Pio  
 Secretaria de Educação: Andressa Fernanda Tomaz de Lima  
 Secretaria da Assistência Social: Ellen Thais da Silva  
 Secretaria da Saúde: Gessica karoline dos santos Rocatelli  
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Reynaldo Borges Reis Neto  
 Secretaria de Esportes: Maikon Cesar da Rocha Hoshi  
 Secretaria de Agricultura: Danielle Penido da Silva  
 Secretaria de Serviços Urbanos: Karla Tatiane Macario de Oliveira dos Santos  
 Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Odílio Carmargo Alves  
 Secretaria de Obras: Acacia Regia Amaral Wanderlind

## 7. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

### 7.1. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO POR GRUPO

A presente licitação em único lote justifica-se visando a economia em escala e melhoria de gestão dos serviços, uma vez que podem ocorrer solicitações de mais de um tipo de lanches e salgados para um determinado evento, sendo assim seus custos operacionais são diluídos sem que seja prejudicada a uniformização dos serviços, sendo que a empresa terá expertise para escolha dos equipamentos, produtos e materiais necessários à prestação dos serviços com a qualidade que se requer.

Código LC	Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
39360	1	1	Beijinho, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, cocô ralado desidratado sem açúcar, empanado com coco ralado /ou leite em pó integral, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 462667"	20	UN.	96,6500	1.933,0000
39359	1	2	Brigadeiro de chocolate preto, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, chocolate em pó 50% cacau, empanado com chocolate granulado /ou chocolate quadriculado, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 445039."	20	UN.	96,6500	1.933,0000
39371	1	3	Mini Pão de queijo assado, ingredientes: Polvilho azedo, leite, sal, água, óleo, ovos, mussarela ralada. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, embalagem descartável	200	UN.	42,9800	8.596,0000

Assinado por 1 pessoa  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/459B-82CE-FE19-78F0> e informe o código 459B-82CE-FE19-78F0



			com tampa contendo 1 kg e com 15 gramas a unidade. Código compras governamentais 460493				
39356	1	4	Bolo caseiro, sabor: Cenoura. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.465635	150	UN.	32,1300	4.819,5000
39357	1	5	Bolo caseiro, sabor: Fubá. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.476817	150	UN.	31,0700	4.660,5000
39358	1	6	Bolo caseiro, sabor: Chocolate. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.465633	150	UN.	31,4500	4.717,5000
42327	1	7	Bolo caseiro, sabor: Laranja. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.456657	150	UN.	30,9500	4.642,5000
39362	1	8	Mini Empada assada e recheada, frango catupiry, ou palmito com creme. Farinha de trigo enriquecida de ferro e ácido fólico, gordura hidrogenada, água, tomate, azeitona verde, gema de ovo, cebola, óleo de soja, sal, caldo de galinha e leite integral. Contendo 30g a unidade. Embalados em caixa com tampa, contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 270025"	100	UN.	217,0400	21.704,0000
39366	1	9	Mini Esfirra fechada Massa: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, fermento, ovos, leite e gordura vegetal. Recheio de carne: carne moída (patinho ou coxão mole sem gordura) temperada com limão, sal, pimenta do reino, alho, cebola e tomate. Recheio de pizza: Queijo mussarela ralado, apresuntado ralado, orégano e tomate. Sabor frango: Frango cozido, desfiado, refogado com alho, cebola, tomate, sal, catupiry ou requeijão cremoso, 20 gr a unidade, Embalados em caixa descartável com tampa, contendo 100	100	UN.	182,8300	18.283,0000

Assinado por 1 pessoa: CLAUDINEI EDSON DALLA COSTA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/459B-82CE-FE19-78F0> e informe o código 459B-82CE-FE19-78F0

			unidades cada caixa, preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer sujidade CAT/MAT. 460593				
28537	1	10	Lanche pão francês contendo (pão francês com 2 fatias de presunto, 2 fatias de queijo tipo mussarela). compras governamentais 363092	2500	UN.	9,0500	22.625,0000
39373	1	11	Salgados diversos fritos: risóles de carne, risóles de frango, travesseiro de pizza, croquete de calabresa apimentado, coxinha de frango, coxinha de carne, pastel de vento com carne, bolinha de queijo e quibe. Fritos em horário adequado para ser servido, peso médio de 14 à 16 gr a unidade, utilizar para a fritura óleo limpo sem cheiro ou sabor rançoso, salgados de cor clara sem farinha de rosca queimada ( típico de óleo saturado). Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, Embalagem descartável com tampa contendo 100 unidades. Código compras governamentais 461970 "	400	UN.	71,7000	28.680,0000
39375	1	12	Néctar de fruta, produto proveniente de matéria-prima sã, extraído de frutas in natura, isentas de sujidade e parasitas. Acondicionado em embalagem aluminizada interiormente com tampa de rosquear com lacre. Contendo 01 Litro, rótulo com a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Sabores: laranja, maracujá, pêssego e uva. Isento de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao suco. CAT/MAT.334296	400	UN.	13,3000	5.320,0000
23257	1	13	Refrigerante 2 litros tipo coca ou guaraná. Embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade. CAT/MAT.344694	400	FR	14,2400	5.696,0000

## 8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1. O objeto desta licitação será entregue parceladamente de acordo com a necessidade do Município de maneira fracionada

8.1.1. A execução dos serviços compreende o fornecimento de alimentos e bebidas no local do evento e demais atividades necessárias à sua boa execução;

- 8.1.2. Os materiais deverão ser entregues no local indicado na ordem de fornecimento
- 8.1.3. Os alimentos deverão ser preparados utilizando-se matéria-prima e insumos de boa qualidade
- 8.1.4. As bebidas deverão estar na temperatura adequada ao consumo no horário de lanche, sendo que a contratada deverá acondicioná-las corretamente para ta
- 8.1.5. Eventualmente, o serviço deverá ser prestado fora do horário comercial
- 8.1.6. A Contratada deve estar preparada para, eventualmente, atender a mais de 01 evento simultaneamente e em locais diferentes;
- 8.1.7. Os alimentos prontos, como bolos, salgados e doces, deverão ser entregues em embalagens próprias, adequadas ao tamanho de cada encomenda, embalado corretamente, não podendo haver nenhum tipo de fissuras nas embalagens, sendo ainda, dispostos em embalagens descartáveis, que não poderão ser reutilizadas pela contratada;
- 8.1.8. A organização dos alimentos e bebidas no local do evento deverá ser providenciada pela Contratada com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto na Ordem de Serviço.
- 8.2. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato Alvará da Vigilância Sanitária

## 9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- 9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

Ubiratã, 06 de Outubro de 2023.

Claudinei Edson Dalla Corte  
**Secretário de Administração**

Geraldo José dos Santos  
**Gabinete do Prefeito**

Ronaldo Felipe Maciel  
**Secretário de Serviços Urbanos e Pavimentação**

THIAGO MUNHOZ D' ALECIO  
**Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Lilian Welz  
**Secretária de Saúde**

Rafael de Mello Bartz  
**Secretária de Esporte e Lazer**

Neusa Aparecida de Angeli Dalvi  
**Secretária de Desenvolvimento Econômico**

Claudineia de Souza Lazaretti  
**Secretaria da Assistência Social**

Elcia Godinho de Moraes da Silva  
**Secretária da Educação**

Luiz Antonio Marafon  
**Secretário de Viação e Serviços Rurais**

Guilherme Santa Rosa  
**Secretário de Obras**

Danielle Rodrigues

ORÇAMENTO:

Marcelo Lucheto

Empresa:

V. Hull Solgados

Telefone:

44 999 96 0184

CNPJ:

Endereço:

Av. Brasil 305

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	1	Beijinho, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, coco ralado desidratado sem açúcar, empanado com coco ralado /ou leite em pó integral, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado.	30	CT	107,00	
1	2	Brigadeiro de chocolate preto, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, chocolate em pó 50% cacau, empanado com chocolate granulado /ou chocolate quadriculado, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado.	30	CT	107,00	
1	3	Mini Pão de queijo assado, ingredientes: Polvilho azedo, leite, sal, água, óleo, ovos, mussarela ralada. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, embalagem descartável com tampa contendo 1 kg e com 15 gramas a unidade. Código compras	300	KG	48,00	

Assinado por 1 pessoa: CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/459B-82CE-FE19-78F0> e informe o código 459B-82CE-FE19-78F0



		governamentais 460493				
1	5	Bolo caseiro, sabor: Cenoura. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	200	UN	49,00	
1	6	Bolo caseiro, sabor: Fubá. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	200	UN	48,00	
1	7	Bolo caseiro, sabor: Chocolate. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	200	UN	49,80	
1	8	Bolo caseiro, sabor: Laranja. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	200	UN	48,00	
1	9	Mini Empada assada e recheada, frango catupiry, ou palmito com creme. Farinha de trigo enriquecida de ferro e ácido fólico, gordura hidrogenada, água, tomate, azeitona verde, gema de ovo, cebola, óleo de soja, sal, caldo de galinha e leite integral. Contendo 30g a unidade. Embalados em caixa com tampa, contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado.	100	UN	110,00	
1	10	Mini Esfirra fechada Massa: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, fermento, ovos, leite e gordura vegetal. Recheio de carne: carne moída (patinho ou coxão mole sem gordura) temperada com limão, sal, pimenta do reino, alho, cebola e tomate. Recheio de pizza: Queijo mussarela ralado, apresuntado ralado, orégano e tomate. Sabor frango: Frango cozido, desfiado, refogado com alho, cebola, tomate, sal, catupiry ou requeijão cremoso, 20 gr a unidade, Embalados em caixa descartável com tampa, contendo 100 unidades cada caixa, preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer sujidade	100	UN	110,00	
1	11	Lanche pão francês contendo (pão francês com 2 fatias de presunto, 2 fatias de queijo	5.000	UN	8,90	

		tipo mussarela).				
1	12	Salgados diversos fritos: risóles de carne, risóles de frango, travesseiro de pizza, croquete de calabresa apimentado, coxinha de frango, coxinha de carne, pastel de vento com carne, bolinha de queijo e quibe. Fritos em horário adequado para ser servido, peso médio de 14 à 16 gr a unidade, utilizar para a fritura óleo limpo sem cheiro ou sabor rançoso, salgados de cor clara sem farinha de rosca queimada ( típico de óleo saturado). Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, Embalagem descartável com tampa contendo 100 unidades. Código	400	CT	82,00	
1	13	Néctar de fruta, produto proveniente de matéria-prima sã, extraído de frutas in natura, isentas de sujidade e parasitas. Acondicionado em embalagem aluminizada interiormente com tampa de rosquear com lacre. Contendo 01 Litro, rótulo com a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Sabores: laranja, maracujá, pêssego e uva. Isento de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao suco.	600	CX	16,20	
1	15	Refrigerante 2 litros tipo coca ou guaraná. Embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade.	600	FR	16,00	

**ORÇAMENTO:**

Empresa: CAROLINA LUZIA CANOLA DE OLIVEIRA

Telefone: 3543-1447 /99933-3063

CNPJ: 34.523.315/0001-35

Endereço: AV JOÃO MEDEIROS, 695 CENTRO UBIRATÃ PARANÁ

LO TE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	1	Beijinho, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, coco ralado desidratado sem açúcar, empanado com coco ralado /ou leite em pó integral, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado.	30	CT	100,00	3.000,00
1	2	Brigadeiro de chocolate preto, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, chocolate em pó 50% cacau, empanado com chocolate granulado /ou chocolate quadriculado, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado.	30	CT	100,00	3.000,00
1	3	Mini Pão de queijo assado, ingredientes: Polvilho azedo, leite, sal, água, óleo, ovos, mussarela ralada. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos	300	KG	39,99	11.997,00



		de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, embalagem descartável com tampa contendo 1 kg e com 15 gramas a unidade. Código compras governamentais 460493				
1	5	Bolo caseiro, sabor: Cenoura. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	200	UN	Redond o +- 500 gr 15,00	3000,00
1	6	Bolo caseiro, sabor: Fubá. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	200	UN	15,00	3000,00
1	7	Bolo caseiro, sabor: Chocolate. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	200	UN	17,00	3400,00
1	8	Bolo caseiro, sabor: Laranja. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	200	UN	15,00	3000,00
1	9	Mini Empada assada e recheada, frango catupiry, ou palmito com creme. Farinha de trigo enriquecida de ferro e ácido fólico, gordura hidrogenada, água, tomate, azeitona verde, gema de ovo, cebola, óleo de soja, sal, caldo de galinha e leite integral. Contendo 30g a unidade. Embalados em caixa com tampa, contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado.	100	UN	250,00  PESA 0,045GR	25000.00
1	10	Mini Esfirra fechada Massa: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, fermento, ovos, leite e gordura vegetal. Recheio de carne: carne moída (patinho ou coxão mole sem gordura) temperada com limão, sal, pimenta do reino, alho, cebola e tomate. Recheio de pizza: Queijo mussarela ralado, apresuntado ralado, orégano e tomate. Sabor frango: Frango cozido, desfiado, refogado com alho, cebola, tomate, sal, catupiry ou requeijão cremoso, 20 gr a unidade, Embalados em caixa descartável com tampa, contendo 100 unidades cada	100	UN	150,00	15000.00

		caixa, preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer sujidade				
1	11	Lanche pão francês contendo (pão francês com 2 fatias de presunto, 2 fatias de queijo tipo mussarela).	5.000	UN	10,00	50.000,00
1	12	Salgados diversos fritos: risóles de carne, risóles de frango, travesseiro de pizza, croquete de calabresa apimentado, coxinha de frango, coxinha de carne, pastel de vento com carne, bolinha de queijo e quibe. Fritos em horário adequado para ser servido, peso médio de 14 à 16 gr a unidade, utilizar para a fritura óleo limpo sem cheiro ou sabor rançoso, salgados de cor clara sem farinha de rosca queimada ( típico de óleo saturado). Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, Embalagem descartável com tampa contendo 100 unidades. Código	400	CT	80,00	32.000,00
1	13	Néctar de fruta, produto proveniente de matéria-prima sã, extraído de frutas in natura, isentas de sujidade e parasitas. Acondicionado em embalagem aluminizada interiormente com tampa de rosquear com lacre. Contendo 01 Litro, rótulo com a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Sabores: laranja, maracujá, pêssigo e uva. Isento de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao suco.	600	CX	12,00	7.200,00

1	15	Refrigerante 2 litros tipo coca ou guaraná. Embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade.	600	FR	14,00	8.400,00
TOTAL						R\$ 167.997,00

*Stella J. Landelli*





**BRAVO CAFETERIA LTDA**

**Avenida Yolanda Loureiro de Carvalho nº 758 – Sala 01, Centro – CEP: 85.440-000 – Ubitatã-PR**

**ORÇAMENTO:**

**Empresa: BRAVO CAFETERIA LTDA**

Telefone: 44-99158-4888

CNPJ: 31.720.979/0001-04

Endereço: Av. Yolanda Loureiro de Carvalho, 758 – Sala 01 – Centro, CEP: 85.440-000 – Ubitatã-PR

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	1	Beijinho, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, coco ralado desidratado sem açúcar, empanado com coco ralado /ou leite em pó integral, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado.	30	CT	117,60	R\$3.528,00
1	2	Brigadeiro de chocolate preto, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, chocolate em pó 50% cacau, empanado com chocolate granulado /ou chocolate quadriculado, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado.	30	CT	117,60	R\$3.528,00

Assinado por 1 pessoa: CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/459B-82CE-FE19-78F0> e informe o código 459B-82CE-FE19-78F0

1	3	Mini Pão de queijo assado, ingredientes: Polvilho azedo, leite, sal, água, óleo, ovos, mussarela ralada. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, embalagem descartável com tampa contendo 1 kg e com 15 gramas a unidade.	300	KG	54,00	R\$16.200,00
1	5	Bolo caseiro, sabor: Cenoura. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	200	UN	25,00	R\$5.000,00
1	6	Bolo caseiro, sabor: Fubá. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	200	UN	25,00	R\$5.000,00
1	7	Bolo caseiro, sabor: Chocolate. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	200	UN	25,00	R\$5.000,00
1	8	Bolo caseiro, sabor: Laranja. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	200	UN	25,00	R\$5.000,00
1	9	Mini Empada assada e recheada, frango catupiry, ou palmito com creme. Farinha de trigo enriquecida de ferro e ácido fólico, gordura hidrogenada, água, tomate, azeitona verde, gema de ovo, cebola, óleo de soja, sal, caldo de galinha e leite integral. Contendo 30g a unidade. Embalados em caixa com tampa, contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado.	100	UN	3,96	R\$396,00
1	10	Mini Esfirra fechada. Massa: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, fermento, ovos, leite e gordura vegetal. Recheio de carne: carne moída (patinho ou coxão mole sem gordura) temperada com limão, sal, pimenta do reino, alho, cebola e tomate. Recheio de pizza: Queijo mussarela ralado, apresuntado ralado, orégano e tomate. Sabor frango: Frango cozido, desfiado, refogado com alho, cebola, tomate, sal, catupiry ou requeijão cremoso, 20 gr a unidade, Embalados em caixa descartável com tampa, contendo 100 unidades cada caixa,	100	UN	3,96	R\$396,00



		preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer sujidade.				
1	11	Lanche pão francês contendo (pão francês com 2 fatias de presunto, 2 fatias de queijo tipo mussarela).	5.000	UN	12,00	R\$60.000,00
1	12	Salgados diversos fritos: risóles de carne, risóles de frango, travesseiro de pizza, croquete de calabresa apimentado, coxinha de frango, coxinha de carne, pastel de vento com carne, bolinha de queijo e quibe. Fritos em horário adequado para ser servido, peso médio de 14 à 16 gr a unidade, utilizar para a fritura óleo limpo sem cheiro ou sabor rançoso, salgados de cor clara sem farinha de rosca queimada ( típico de óleo saturado). Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, Embalagem descartável com tampa contendo 100 unidades.	400	CT	72,00	R\$28.000,00
1	13	Néctar de fruta, produto proveniente de matéria-prima sã, extraído de frutas in natura, isentas de sujidade e parasitas. Acondicionado em embalagem aluminizada interiormente com tampa de rosquear com lacre. Contendo 01 Litro, rótulo com a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Sabores: laranja, maracujá, pêssego e uva. Isento de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao suco.	600	CX	15,00	R\$9.000,00
1	15	Refrigerante 2 litros tipo coca ou guaraná. Embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade.	600	FR	16,00	R\$9.600,00

Ubiratã-PR, 29 de setembro de 2023.

  
BRAVO CAFETARIA LTDA.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 283/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5776/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 143/2022**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **DANIELA FRANCISCA DA CRUZ RODRIGUES – LANCHONETE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 26.818.131/0001-74, estabelecida à AVENIDA BRASIL, no nº 305, CEP nº 85440-000, na cidade de Ubiratã, Estado do PR, Telefone nº (44) 99854-5168, e-mail uhullsalgados@hotmail.com, doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5776/2022, Pregão Eletrônico nº 143/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE LANCHES DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	1	Beijinho, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, coco ralado desidratado sem açúcar, empanado com coco ralado /ou leite em pó integral, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 462667"	50	CT	62,00	3.100,00	UHULL SALGADOS
1	2	Brigadeiro de chocolate preto, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, chocolate em pó 50% cacau, empanado com chocolate granulado /ou	50	CT	62,00	3.100,00	UHULL SALGADOS

Assinado por 1 pessoa: CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/459B-82CE-FE19-78F0> e informe o código 459B-82CE-FE19-78F0



		chocolate quadriculado, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa . Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 445039."					
1	3	Mini Pão de queijo assado, ingredientes: Polvilho azedo, leite, sal, água, óleo, ovos, mussarela ralada. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, embalagem descartável com tampa contendo 1 kg e com 15 gramas a unidade. Código compras governamentais 460493	285	KG	30,00	8.550,00	UHULL SALGADOS
1	5	Bolo caseiro, sabor: Cenoura. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.465635	245	UN	39,50	9.677,50	UHULL SALGADOS
1	6	Bolo caseiro, sabor: Fubá. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.476817	245	UN	36,27	8.886,15	UHULL SALGADOS
1	7	Bolo caseiro, sabor: Chocolate. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.465633	245	UN	35,80	8.771,00	UHULL SALGADOS
1	8	Bolo caseiro, sabor: Laranja. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.456657	245	UN	35,80	8.771,00	UHULL SALGADOS
1	9	Mini Empada assada e recheada, frango catupiry, ou palmito com creme. Farinha de trigo enriquecida de ferro e ácido fólico, gordura hidrogenada, água, tomate, azeitona verde, gema de ovo, cebola, óleo de soja, sal, caldo de galinha e leite integral. Contendo 30g a unidade. Embalados em caixa com tampa, contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas	100	UN	115,15	11.515,00	UHULL SALGADOS

Assinado por 1 pessoa: CLAUDINEI EIDSON DALLA CORTE. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/459B-82CE-FE19-78F0> e informe o código 459B-82CE-FE19-78F0





		práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 270025"					
1	10	Mini Esfirra fechada Massa: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, fermento, ovos, leite e gordura vegetal. Recheio de carne: carne moída (patinho ou coxão mole sem gordura) temperada com limão, sal, pimenta do reino, alho, cebola e tomate. Recheio de pizza: Queijo mussarela ralado, apresuntado ralado, orégano e tomate. Sabor frango: Frango cozido, desfiado, refogado com alho, cebola, tomate, sal, catupiry ou requeijão cremoso, 20 gr a unidade, Embalados em caixa descartável com tampa, contendo 100 unidades cada caixa, preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer sujidade CAT/MAT. 460593	115	UN	82,30	9.464,50	UHULL SALGADOS
1	11	Lanche pão francês contendo (pão francês com 2 fatias de presunto, 2 fatias de queijo tipo mussarela). Compras governamentais 363092	5.900	UN	5,30	31.270,00	UHULL SALGADOS
1	12	Salgados diversos fritos: risóles de carne, risóles de frango, travesseiro de pizza, croquete de calabresa apimentado, coxinha de frango, coxinha de carne, pastel de vento com carne, bolinha de queijo e quibe. Fritos em horário adequado para ser servido, peso médio de 14 à 16 gr a unidade, utilizar para a fritura óleo limpo sem cheiro ou sabor rançoso, salgados de cor clara sem farinha de rosca queimada ( típico de óleo saturado). Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, Embalagem descartável com tampa contendo 100 unidades. Código compras governamentais 461970 "	300	CT	58,80	17.640,00	UHULL SALGADOS
1	13	Néctar de fruta, produto proveniente de matéria-prima sã, extraído de frutas in natura,	890	CX	10,01	8.908,90	SHEFA NÉCTAR

Assinado por: pessoa: CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/459B-82CE-FE19-78F0> e informe o código 459B-82CE-FE19-78F0



		isentas de sujidade e parasitas. Acondicionado em embalagem aluminizada interiormente com tampa de rosquear com lacre. Contendo 01 Litro, rótulo com a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Sabores: laranja, maracujá, pêssego e uva. Isento de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao suco. CAT/MAT.334296					
1	15	Refrigerante 2 litros tipo coca ou guaraná. Embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade. CAT/MAT.344694	650	FR	10,94	7.111,00	COCA COLA OU GUARANÁ KUAT

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-136.765,05 (CENTO E TRINTA E SEIS REAIS SETECENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E CINCO CENTAVOS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 6. CLÁUSULA SEXTA- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. O prazo para entrega será 05 (cinco) dias a contar do recebimento da Ordem de Compra, encaminhada via e-mail pela Divisão de Compras.

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se à empresa às penalidades previstas na presente Ata de Registro de Preços.

Assinado por: CLAUDENEI EDSON DALLA CORTE. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/459B-82CE-FE19-78F0 e informe o código 459B-82CE-FE19-78F0

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO									
ITEM		QUANT	UNIDADE	BRAVO	DANIELA FRANCISCA	CAROLINA LUZIA CANOLA DE OLIVEIRA	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	MÉDIA	TOTAL
1	Beijinho, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, coco ralado desidratado sem açúcar, empanado com coco ralado /ou leite em pó integral, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primária: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado	20	CT	R\$ 117,60	R\$ 107,00	R\$ 100,00	R\$ 62,00	R\$ 96,65	R\$ 1.933,00
2	Brigadeiro de chocolate preto, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, chocolate em pó 50% cacau, empanado com chocolate granulado /ou chocolate quadrulado, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primária: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado.	20	CT	R\$ 117,60	R\$ 107,00	R\$ 100,00	R\$ 62,00	R\$ 96,65	R\$ 1.933,00
3	Mini Pão de queijo assado, ingredientes: Polvilho azedo, leite, sal, água, óleo, ovos, mussarela ralada. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, embalagem descartável com tampa contendo 1 kg e com 15 gramas a unidade.	200	KG	R\$ 54,00	R\$ 48,00	R\$ 39,90	R\$ 30,00	R\$ 42,98	R\$ 8.596,00
4	Bolo caseiro, sabor: Cenoura. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	150	UNIDADE	R\$ 25,00	R\$ 49,00	R\$ 15,00	R\$ 39,50	R\$ 32,13	R\$ 4.819,50
5	Bolo caseiro, sabor: Fubá. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	150	UNIDADE	R\$ 25,00	R\$ 48,00	R\$ 15,00	R\$ 36,27	R\$ 31,07	R\$ 4.660,50
6	Bolo caseiro, sabor: Chocolate. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	150	UNIDADE	R\$ 25,00	R\$ 48,00	R\$ 17,00	R\$ 35,80	R\$ 31,45	R\$ 4.717,50
7	Bolo caseiro, sabor: Laranja. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4, 5 cm. Em embalagem descartável.	150	UNIDADE	R\$ 25,00	R\$ 48,00	R\$ 15,00	R\$ 35,80	R\$ 30,95	R\$ 4.642,50
8	Mini Empada assada e recheada, frango catupiry, ou palmito com creme. Farinha de trigo enriquecida de ferro e ácido fólico, gordura hidrogenada, água, tomate, azeitona verde, gema de ovo, cebola, óleo de soja, sal, caldo de galinha e leite integral. Contendo 30g a unidade. Embalados em caixa com tampa, contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado.	100	CT	R\$ 396,00	R\$ 107,00	R\$ 250,00	R\$ 115,15	R\$ 217,04	R\$ 21.704,00
9	Mini esfirra fechada massa: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido Sabor frango: Frango cozido, desfiado, refogado com alho, cebola, tomate	100	CT	R\$ 396,00	R\$ 103,00	R\$ 150,00	R\$ 82,30	R\$ 182,83	R\$ 18.283,00
10	Lanche pão francês contendo (pão francês com 2 fatias de presunto, 2 fatias de queijo tipo mussarela).	2500	UNIDADE	R\$ 12,00	R\$ 8,90	R\$ 10,00	R\$ 5,30	R\$ 9,05	R\$ 22.625,00
11	Salgados diversos fritos: risóles de carne, risóles de frango, travesseiro de pizza, croquete de calabresa apimentado, coxinha de frango, coxinha de carne, pastel de vento com carne, bolinha de queijo e quibe. Fritos em horário adequado para ser servido, peso médio de 14 a 16 gr a unidade, utilizar para a fritura óleo limpo sem cheiro ou sabor rançoso, salgados de cor clara sem farinha de rosca queimada ( típico de óleo saturado). Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, Embalagem descartável com tampa contendo 100 unidades.	400	CT	R\$ 72,00	R\$ 76,00	R\$ 80,00	R\$ 58,80	R\$ 71,70	R\$ 28.680,00
12	Néctar de fruta, produto proveniente de matéria-prima sã, extraído de frutas in natura, isentas de sujidade e parasitas. Acondicionado em embalagem aluminizada interiormente com tampa de rosquear com lacre. Contendo 01 Litro, rótulo com a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Sabores: laranja, maracujá, pêssego e uva. Isento de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao suco.	400	UNIDADE	R\$ 15,00	R\$ 16,20	R\$ 12,00	R\$ 10,01	R\$ 13,30	R\$ 5.320,00
13	Refrigerante 2 litros tipo coca ou guaraná. Embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade.	400	UNIDADE	R\$ 16,00	R\$ 16,00	R\$ 14,00	R\$ 10,94	R\$ 14,24	R\$ 5.696,00
								TOTAL	
	Para a composição do orçamento foi utilizada a média de preços								R\$ 133.610,00
	Responsável pelo preenchimento : Lucimara Andrade Machado Vieira								





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 459B-82CE-FE19-78F0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE (CPF 819.XXX.XXX-53) em 18/10/2023 15:26:42 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/459B-82CE-FE19-78F0>

**De:** Lucimara M. - SEMAD-DCOM

**Para:** -

**Data:** 18/10/2023 às 15:09:29

Ordenador e termo de ciência assinados

—

**Lucimara Andrade Machado Vieira**

*Chefe de Divisão de Compras*

*Secretaria de Administração*

**Anexos:**

F\_TERMOS\_DE\_CIENTIA\_LANCHES\_E\_SALGADOS\_18\_10\_3\_.pdf

G\_ORDENADOR\_DE\_DESPESA\_ASSINADO.pdf

## Memorando 5.620/2023

---

**De:** Lucimara M. - SEMAD-DCOM

**Para:** GP-ASGAB - Assessoria de Gabinete

**Data:** 12/10/2023 às 19:38:21

**Setores (CC):**

GP-ASGAB, SEMSA-DAS, SEMEC-DAE, SEMEL, SEMDEC, SEMAPA, SEMSUP, SEMOB, SEMVIS

**Setores envolvidos:**

GP-ASGAB, SEMAD-DCOM, SEMSA-DAS, SEMEC-DAE, SEMEL, SEMAS, SEMDEC, SEMAPA, SEMSUP, SEMOB, SEMOB-FISC, SEMVIS, SEMEC-LICI

### **TERMO DE CIÊNCIA FISCAL DE CONTRATOS - Aquisição de lanches e salgados para eventos destinados as secretarias municipais de Ubatuba .**

Prezados

Solicito a Gentileza de assinar o documento em anexo trata-se de termo de ciência de fiscal de contratos referente a Aquisição de lanches e salgados para eventos destinados as secretarias municipais de Ubatuba .

—  
**Lucimara Andrade Machado Vieira**  
*Chefe de Divisão de Compras*

*Secretaria de Administração*

**Anexos:**

TERMO\_DE\_Ciencia\_LANCHES\_E\_SALGADOS\_\_2.pdf

TERMO DE CIÊNCIA – FISCAL DE CONTRATO

NOME S DO FISCAIS:

Secretaria de Administração: Lucimara Andrade Machado  
Gabinete do Prefeito: Francielly Trevillin Luiz do Amaral  
Secretaria de Educação: Paloma Fabiana de Souza Santos  
Secretaria da Assistência Social: Jean Carlos Bonissoni  
Secretaria da Saude: Rozelena Fátima Vieira  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Cintia Candida Paim  
Secretaria de Esportes: Julio Cesar Menigite  
Secretaria de Agricultura: Juliana Felizari Gnoatto  
Secretaria de Serviços Urbanos:Adriana Candida Sluzovski  
Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Helena Peteck  
Secretaria de Obras: Vitor Hugo Tiburcio de Almeida

OBJETO:

Aquisição de lanches e salgados para eventos destinados as secretarias municipais de Ubiratã .

Declaro para os devidos fins, estar ciente das responsabilidades como fiscal de contratos da Secretaria supracitada para o objeto em epígrafe, comprometendo-me a realizar a conferência do serviço prestado, tomando as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro as condições previstas em contrato, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposições legais que regulam a matéria.

Ubiratã, 06 de Outubro de 2023.

Assinatura do Fiscal

Assinado digitalmente por  
ROZELENA FATIMA VIEIRA  
Papel: Assinante  
(CPF 592.090.039-34)  
Data: 16/10/2023 09:57:01 - 03:00



Assinado digitalmente por  
JULIANA FELIZARI GNOATTO  
Papel: Assinante  
(CPF 070.606.269-80)  
Data: 16/10/2023 10:15:22 - 03:00



Assinado digitalmente por JEAN  
CARLOS BONISSONI  
Papel: Assinante  
(CPF 078.174.159-94)  
Data: 16/10/2023 10:32:09 - 03:00



Assinado digitalmente por  
ODILIO CAMARGO ALVES  
Papel: Assinante  
(CPF 615.398.059-72)  
Data: 16/10/2023 12:06:08 - 03:00



Assinado digitalmente por  
CINTIA CÂNDIDO PAIM  
Papel: Assinante  
(CPF 038.742.259-50)  
Data: 16/10/2023 17:01:23 - 03:00



Assinado digitalmente por  
LUCIMARA ANDRADE  
MACHADO  
Papel: Assinante  
(CPF 103.404.059-61)  
Data: 12/10/2023 19:39:16 -03:00



Assinado digitalmente por VITOR  
HUGO TIBURCIO DE ALMEIDA  
Papel: Assinante  
(CPF 067.924.979-67)  
Data: 16/10/2023 08:06:11 -03:00



Assinado digitalmente por  
ADRIANA CANDIDA  
SLUZOVSKI  
Papel: Assinante  
(CPF 066.492.179-56)  
Data: 16/10/2023 08:09:31 -03:00



Assinado digitalmente por  
PALOMA FABIANA DE SOUZA  
SANTOS  
Papel: Assinante  
(CPF 123.633.719-09)  
Data: 16/10/2023 09:34:04 -03:00



Assinado digitalmente por  
JULIO CESAR MENIGITE  
Papel: Assinante  
(CPF 065.172.125-78)  
Data: 16/10/2023 09:40:09 - 03:00



Assinado digitalmente por  
FRANCIELLY TREVILIN  
LUZ DO AMARAL  
Papel: Assinante  
(CPF 042.643.689-01)  
Data: 16/10/2023 09:56:35 -03:00



## Memorando 5.489/2023

**De:** Lucimara M. - SEMAD-DCOM

**Para:** SEMAD - Secretaria Municipal de Administração

**Data:** 05/10/2023 às 14:26:25

**Setores (CC):**

GP, SEMAD, SEMSA, SEMEL, SEMAS, SEMDEC, SEMAPA, SEMSUP, SEMVIS

**Setores envolvidos:**

GP, GP-CG, SEMAD, SEMAD-DCOM, SEMSA, SEMEL, SEMAS, SEMDEC, SEMAPA, SEMSUP, SEMVIS

### ORDENADOR DE DESPESA - REQUISIÇÃO 422/2023

Prezados Secretários

Segue em anexo declaração de ordenador de despesa referente a requisição 422/2023 para Aquisição de lanches e salgados para eventos destinado as secretarias municipais de Ubiratã.

—  
**Lucimara Andrade Machado Vieira**  
*Chefe de Divisão de Compras*

*Secretaria de Administração*

**Anexos:**

Declaracao\_do\_Ordenador\_de\_Despesas\_unificado\_2.pdf



## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu no uso de minhas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARO, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultantes da requisição nº 422/2023, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).  
Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubiratã Pr. 29 de Setembro de 2023

**Ronaldo Felipe Maciel**  
Secretário de Serviços Urbanos e Pavimentação

Geraldo José dos Santos  
Gabinete do Prefeito

**Claudinei Edson Dalla Corte**  
*Secretário de Administração*

**THIAGO MUNHOZ D' ALECIO**  
Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Lilian Welz**  
Secretária de Saúde

**Rafael de Mello Bartz**  
Secretária de Esporte e Lazer

**Neusa Aparecida de Angeli Dalvi**  
*Secretária de Desenvolvimento Econômico*

**Claudineia de Souza Lazaretti**  
*Secretaria da Assistência Social*

**Elcia Godinho de Moraes da Silva**  
*Secretária da Educação*

**Luiz Antonio Marafon**  
Secretário de Viação e Serviços Rurais



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CB67-F48C-4FA0-522B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ NEUSA APARECIDA DE ANGELI DALVI (CPF 365.XXX.XXX-53) em 05/10/2023 15:01:02 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE (CPF 819.XXX.XXX-53) em 05/10/2023 15:39:24 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LUIZ ANTONIO MARAFON (CPF 513.XXX.XXX-91) em 05/10/2023 16:24:20 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LILIAN WELZ (CPF 036.XXX.XXX-37) em 05/10/2023 17:19:33 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ GERALDO JOSÉ DOS SANTOS (CPF 580.XXX.XXX-72) em 06/10/2023 08:14:56 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RAFAEL DE MELLO BARTZ (CPF 069.XXX.XXX-80) em 06/10/2023 10:30:56 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ THIAGO MUNHOZ D'ALÉCIO (CPF 009.XXX.XXX-12) em 06/10/2023 10:43:40 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CLAUDINEIA DE SOUZA LAZARETTI (CPF 023.XXX.XXX-10) em 06/10/2023 13:33:52 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



RONALDO FELIPE MACIEL (CPF 018.XXX.XXX-05) em 06/10/2023 13:57:13 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/CB67-F48C-4FA0-522B>

**Proc. Administrativo 1- 4.279/2023**

**De:** Viviane R. - SEMAD-SP

**Para:** GP - Gabinete do Prefeito

**Data:** 18/10/2023 às 15:48:34

**Setores (CC):**

GP, SEMAD-SP

Requisição abrange todas as secretarias que demandam do objeto.

—

**Viviane Cristina Ciciliato Retamero**

administrativo

**Proc. Administrativo 2- 4.279/2023**

**De:** Fábio D. - GP

**Para:** SEMFIP - Secretaria Municipal das Finanças e Planejamento

**Data:** 19/10/2023 às 20:59:19

**Setores (CC):**

SEMFIP, SEMFIP -CONT

Autorizo.

—

**Fábio Dalécio**

*Prefeito de Ubatã*

## Proc. Administrativo 3- 4.279/2023

**De:** Cristiane Z. - SEMFIP -CONT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 20/10/2023 às 11:52:42

**Setores envolvidos:**

GP, SEMAD, SEMAD-DCOM, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT

### **REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO N 422.2023 - Aquisição de lanches e salgados para eventos destinados as secretarias municipais de Ubatã .**

Em atenção ao despacho retro, expedido por Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários.

Por conta da indicação das dotações acima, atestamos por consequência a compatibilidade das referidas obrigações com as peças orçamentárias vigentes: PPA, LDO e LOA. Ressalve-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas, **NÃO HAVENDO COM ISSO DESTAQUE OU APRISIONAMENTO DE RECURSOS**, ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício nesta data.

Outrossim, informamos que a análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e seguintes da lei 4.320/64 e se necessário e possível esta secretaria providenciará suplementação das dotações acima previstas. Além disso, **não compete** à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra, poder discricionário do Gestor Municipal.

Por fim, alerta-se ao Gestor que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas correspondentes.



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D952-1790-2733-F62F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CRISTIANE FATIMA ZOLIN (CPF 088.XXX.XXX-02) em 20/10/2023 11:52:52 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



PAULO PEREIRA MOURA (CPF 070.XXX.XXX-20) em 20/10/2023 16:51:43 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/D952-1790-2733-F62F>

**Proc. Administrativo 4- 4.279/2023**

**De:** Altair P. - SEMAD-LICIT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 07/11/2023 às 08:16:23

De acordo com o pedido apresentado, a modalidade que mais se amolda para contratação do referido objeto será por Pregão, no formato eletrônico, com fulcro na Lei 8.666/93.

Para tanto, encaminho para elaboração da minuta.

—

**Altair da Silva Pereira**

*Chefe de Divisão de Licitação*



**Proc. Administrativo 5- 4.279/2023**

**De:** Altair P. - SEMAD-LICIT

**Para:** CGM-AL - Acompanhamento de Licitações CGM

**Data:** 07/11/2023 às 08:51:15

**Setores (CC):**

PGM-ASSEJUR, CGM-AL

Prezada,

Venho por meio deste, solicitar parecer jurídico referente a legalidade da referida contratação.

Para tanto, segue anexo minuta, bem como demais documentos acostados pela secretaria demandante para análise.

—

**Altair da Silva Pereira**

*Chefe de Divisão de Licitação*

**Anexos:**

MINUTA\_EDITAL\_LANCHES\_E\_SALGADOS.docx

MINUTA\_EDITAL\_LANCHES\_E\_SALGADOS.pdf

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXXX/202X**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4279/2023**

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP/COOP, NOS TERMOS DO ART. 48, I DA LC Nº 123/06**

## **1. PREÂMBULO**

1.1. O Município de Ubatuba, pessoa jurídica de direito público, UASG 987933, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, torna pública a realização da Licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06, Lei Municipal nº 001/2012 e suas alterações, Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 e subsidiariamente às exigências do presente edital.

1.2. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, conforme datas e horários definidos abaixo:

**1.2.1. DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ATÉ ÀS XXHXXMIN DO DIA XX DE XXXXXXXXXXXXXXXX DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal.

**1.2.2. DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: A PARTIR DAS XXHXXMIN DO DIA XX DE XXXXXXXXXXXXXXXX DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.3. Este edital e o termo de referência foram elaborados dentro dos moldes fornecidos pela secretaria requisitante.

## **2. DO OBJETO**

2.1. A presente licitação visa à escolha da proposta mais vantajosa para o seguinte objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE LANCHES E SALGADOS DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

2.2. Havendo divergências entre as especificações dos itens deste edital com as constantes no Compras Governamentais, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas às exigências contidas neste edital e seus anexos quanto à especificação do objeto.

## **3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL**

3.1. O valor máximo aceitável deste certame está fixado em R\$-133.610,00 (cento e trinta e três mil seiscentos e dez reais).

3.2. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que após a etapa de lances/negociação possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos estabelecidos pelo edital.

#### 4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04
0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00
1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	935	2.500,00
1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00
1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA	939	2.500,00

			COPA E CANTINA		
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1602	2494	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00
0501	2530	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00
0605	2588	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1203	2648	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1401	2650	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1801	2666	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS		3.800,00

			ALIMENTÍCIOS		
1802	2667	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2935	2.500,00
1501	13116	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00
1501	13195	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00
0605	13635	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00

## 5. DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – MEI, MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E COOPERATIVAS – COOP, CONFORME LC Nº 123/06

5.1. A presente licitação se destina à participação exclusiva de MEI/ME/EPP/COOP nos termos do art. 48, I da LC Nº 123/06, considerando que os valores dos itens de contratação são inferiores a R\$-80.000,00. Ainda, conforme documentação anexada nos autos do processo comprova-se a existência de no mínimo três empresas competitivas enquadradas no regime de MEI/ME/EPP/COOP sediadas no Estado do Paraná, regionalização está definida pela Lei Municipal nº 01/2012 e suas alterações.

5.2. Os benefícios previstos no subitem anterior não excluem a possibilidade de regularização fiscal e trabalhista tardia prevista no art. 43 da LC nº 123/06.

## 6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou licitante poderá requisitar esclarecimentos ou impugnar este edital.

6.2. O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser realizado por forma eletrônica, através do e-mail [licitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:licitacao@ubirata.pr.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disposto no preâmbulo deste edital.

6.3. O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento ou à impugnação em até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, com base nos subsídios formais requisitados aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

6.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou impugnação será encaminhado via e-mail à requerente, divulgado no Compras Governamentais e disponibilizado no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos do presente pregão.

6.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.6. Os pedidos de esclarecimento ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

## **7. DO CREDENCIAMENTO**

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4. A Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

8.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SICAF.

8.1.1. As Licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

8.2. Não poderão participar da presente licitação:

8.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

8.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubatuba, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

- 8.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;
- 8.2.4. Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;
- 8.2.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 8.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 8.2.7. Empresas que não se enquadrarem no regime de MEI/ME/EPP/COOP.
- 8.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 8.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 8.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame;
- 8.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/06, mesmo que MEI/ME/EPP/COOP.
- 8.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- 8.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 8.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 8.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- 8.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 8.3.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.



8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a Licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

8.5. A declaração digital acima descrita substitui o envio de declaração assinada via sistema.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1. As Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, até as **ATÉ ÀS XXHXXMIN DO DIA XX DE XXXXXXXXXXXXXXXX DE 202X**, horário de Brasília, Distrito Federal, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. Concomitantemente com a proposta, a Licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital.

9.3. As Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no cadastro.

9.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.5. As Licitantes qualificadas como MEI/ME/EPP/COOP deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06, sob pena de inabilitação.

9.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Até a abertura da sessão pública, as Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da Licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

10.1. A Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;



10.1.2. Valor unitário do item, com no máximo duas casas decimais;

10.1.3. Marca do produto cotado.

10.2. A Licitante poderá também encaminhar proposta nos termos do Anexo II do presente edital, em arquivo digital (pdf), dispensando, neste caso, o envio de proposta readequada ao último lance ofertado conforme estabelecido nos subitens 12.6 e 12.6.1 do presente edital.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta será de noventa dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. As Licitantes poderão cotar somente os itens que forem de seu interesse.

10.7. A proposta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.8. A apresentação da proposta implicará:

10.8.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este edital e seus anexos;

10.8.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais e, condições para execução dos serviços.

## **11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

11.1. A partir das XXHXXMIN DO DIA XX DE XXXXXXXXXXXXXXXX DE 202X, horário de Brasília - DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3. Cabe à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis, **apresentem**

**irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento**, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

11.4.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a Licitante.

11.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, devendo o lance ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM.

A. As Licitantes deverão honrar o lance ofertado para a execução do quantitativo total do objeto, sob pena de aplicação das penalidades previstas em edital pelo não mantimento da proposta.

11.6.2. No caso de o lance da Licitante incidir em valor unitário com mais de duas casas após a vírgula, serão desconsiderados os demais valores, prevalecendo apenas duas casas decimais para fins de contratação.

A. Nesse caso, o valor arredondado será informado pelo pregoeiro no campo “valor negociado”.

11.7. As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

11.8. A Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$-0,01 (Um centavo).

11.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, em que as Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.12. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da Licitante.

11.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.15. Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às MEI/ME/EPP/COOP participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.16.1. Nessas condições, as propostas de MEI/ME/EPP/COOP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.16.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.16.3. Caso a MEI/ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.17. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta a Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.18.1. Nessa fase, a Licitante que tiver ofertado proposta ou lance superior ao máximo estabelecido pelo edital e não aceitar a negociação de preços será desclassificada para o item;

11.18.2. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a Licitante para que seja obtido preço melhor.

11.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## 12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de **duas horas** a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema Compras Governamentais, e deverá conter:

12.1.1. O número e a modalidade da presente licitação;

12.1.2. Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ da proponente;

12.1.3. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal;

12.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da Licitante vencedora, para fins de pagamento;

12.1.5. Conter a indicação do preposto da Licitante, apto a representá-la na execução do Contrato;

12.1.6. Conter os preços unitários e totais dos itens, com duas casas decimais, readequados ao último lance ofertado;

12.1.7. Conter marca do cotado.

12.1.8. A Licitante vencedora deverá encaminhar, caso necessário para complementar as informações constantes na proposta, catálogo, folder, tela de internet ou qualquer documento que comprove que o produto ofertado atende completamente à especificação exigida em edital.

12.2. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação da Licitante convocada ou por decisão do pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

12.3. O modelo de proposta consta no Anexo II do presente edital.

12.4. A Licitante que abandonar o certame deixando de enviar a proposta quando convocada será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.5. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.6. O envio da proposta final poderá ser dispensado caso a Licitante já tenha encaminhado proposta inicial, em arquivo digital (pdf), nos moldes do Anexo II do presente edital, sendo que, neste caso, o valor da proposta será automaticamente atualizado pelo lance final ofertado pela Licitante ou pelo valor negociado pelo pregoeiro, conforme registrado no Compras Governamentais.

12.6.1. A dispensa do envio da proposta final somente ocorrerá se o recurso financeiro da licitação não decorrer de transferência voluntária da União e será motivado pelo pregoeiro no chat, com fulcro nos princípios da celeridade e eficiência.

12.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.7.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra Licitante.

12.9. As propostas e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

### **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

13.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto ao estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

13.2. Serão desclassificadas as propostas:

13.2.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

13.2.2. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.2.3. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3.1. Considera-se inexequível a proposta que, não sendo possível aplicar o princípio da comparação objetiva das propostas, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.3.4. O pregoeiro poderá convocar a Licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.3.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela Licitante, antes de findo o prazo.

13.3.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço/bem/produto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.5. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.6. Nos itens não exclusivos para a participação de MEI/ME/EPP/COOP, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da Licitante, observado o disposto neste edital.

## 14. DA HABILITAÇÃO



14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. SICAF;

14.1.2. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

14.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

14.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

14.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificação de fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3.3. A Licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.4. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

14.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das Licitantes será verificada, primeiramente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme documentação exigida para esta licitação.

14.6.1. A Licitante deverá anexar no sistema Compras Governamentais, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica e até a abertura da sessão pública, os documentos desatualizados ou não abrangidos pelo SICAF.

14.6.2. É dever de a Licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

14.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da Licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).

14.6.4. A Licitante detentora do menor preço qualificada como MEI/ME/EPP/COOP deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a Licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

14.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais e não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Para a habilitação da Licitante detentora da melhor oferta, será exigida a documentação relativa a:

**14.11.1. Habilitação Jurídica:**

A. Documento de identificação com foto e Cadastro de Pessoa Física do representante legal da empresa;

B. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);



D. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

E. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

14.11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.11.3. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.11.4. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

14.11.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

14.11.6. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

#### **14.11.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

B. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

C. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante;

D. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;

E. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

F. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **14.11.8. Qualificação Técnica:**

A. Para a presente licitação será exigida qualificação técnica, para assinatura do contrato conforme item 18.2.3.

#### **14.11.9. Qualificação Econômico – Financeira.**

A. Não será exigida qualificação econômico-financeira para a presente licitação.

#### **14.11.9. Documentação Complementar.**

A. Declaração Nepotismo (Anexo III)

14.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.16. Será inabilitada a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos junto à proposta eletrônica, através do SICAF ou quando convocada, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

14.17. Nos itens não exclusivos a MEI/ME/EPP/COOP, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

#### **15. DOS RECURSOS**

15.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, o pregoeiro verificará a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso será avaliado pelo pregoeiro tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

15.2.3. A falta de manifestação motivada da Licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

## **16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todas as Licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da Licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

17.1. O objeto da licitação será adjudicado a Licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Ata de Registro de Preços.

18.2. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município para a assinatura a Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, para que seja assinada e devolvida pela adjudicatária no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo para assinatura ou devolução da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.

### **QUANDO SE EXIGIR QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, COLOCAR O QUE SEGUE:**

18.2.3. No caso de a adjudicatária comparecer no município para assinatura, a mesma deverá apresentar, no ato da assinatura, as seguintes comprovações:

A. Alvará da Vigilância Sanitária

18.2.4. No caso da Ata de Registro de Preços ser encaminhada à adjudicatária via correio ou e-mail, a mesma deverá, mediante convocação do município, apresentar as comprovações previstas no subitem anterior.

18.3. Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar a comprovação exigida e/ou não assinar a Ata de Registro de Preços, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora, conforme disposto no art. 4º, incisos XVI e XXIII da Lei 10.520/02.

18.4. A existência de preços registrados não obriga o município a firmar contratações que deles possam advir.

18.5. Para a contratação do objeto do presente registro de preços, o município se reserva ao direito de considerar as notas de empenho, autorizações de compras ou ordens de execução de serviços como instrumento de contrato, de acordo com o previsto no art. 62, caput da Lei nº 8.666/93.

18.6. A Ata de Registro de Preços vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Sujeitam-se as Licitantes as seguintes penalidades:

19.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicado à penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Ensejar o retardamento na execução do objeto do certame;
- B - Fizer declaração falsa;
- C - Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;
- D - Omitir o real enquadramento da empresa;
- E - Realizar conluio, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.1.1.1. Considera-se o retardamento na execução do objeto do certame previsto na alínea “A”, qualquer ação ou omissão da licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura da Ata de Registro de Preços ou aceite o instrumento equivalente.

19.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Não manter proposta e/ou deixar de encaminhar proposta readequada quando convocada;
- B - Recusar-se injustificadamente em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ou não atender os requisitos exigidos para qualificação técnica, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

19.1.2.1. Considera-se o não mantimento da proposta previsto na alínea “A”, a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigido, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

19.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:

- A - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.

19.2. Concomitante às penalidades previstas, se sujeita à Licitante ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02

19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estarão previstas no Termo de Referência e na Minuta da Ata de Registro de Preços.

## **20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

20.1. Fica garantido ao Município de Ubatuba o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

20.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

20.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

20.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

20.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e o Município de Ubatuba não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2. Município de Ubatuba não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas por meio de terceiros.

21.3. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

21.5. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.6. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

21.6.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

21.6.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.7. É facultado ao (à) pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.



21.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9. Todos os documentos que se exige cópia autêntica poderão ser autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

21.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.13. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.17. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.18. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.18.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 21.18.2. Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
- 21.18.3. Anexo III – Declaração Nepotismo
- 21.18.4. Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Ubatuba, Paraná, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 202X.

**FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**  
Prefeito

MANUETA

*bela, amada e gentil*

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXXX/202X**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4279/2023**

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, se destina à **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE LANCHES E SALGADOS DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

#### 2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa para preparação de lanches e salgados que serão fornecidos em eventos, palestras, reuniões, conferências, formações e cursos ofertados pelas secretarias, com uma particularidade na Secretaria de Esportes, que deverá ofertar 6 atletas das categorias de base e ou adulto em competições na defesa da honra do Município, em viagens para fora do município de forma a colaborar com a manutenção e condição do atleta.

#### 3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Visa-se a contratação do objeto na seguinte especificação, quantidade máxima estimada e valores unitários e totais máximos:

Código LC	Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
39360	1	1	Beijinho, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, cocô ralado desidratado sem açúcar, empanado com coco ralado /ou leite em pó integral, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa . Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado.	20	UN.	96,6500	1.933,0000

			Código compras governamentais 462667"				
39359	1	2	Brigadeiro de chocolate preto, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, chocolate em pó 50% cacau, empanado com chocolate granulado /ou chocolate quadriculado, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa . Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 445039."	20	UN.	96,6500	1.933,0000
39371	1	3	Mini Pão de queijo assado, ingredientes: Polvilho azedo, leite, sal, água, óleo, ovos, mussarela ralada. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, embalagem descartável com tampa contendo 1 kg e com 15 gramas a unidade. Código compras governamentais 460493	200	UN.	42,9800	8.596,0000
39356	1	4	Bolo caseiro, sabor: Cenoura. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.465635	150	UN.	32,1300	4.819,5000
39357	1	5	Bolo caseiro, sabor: Fubá. Cobertura a definir. Elaborado em forma de	150	UN.	31,0700	4.660,5000

			40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.476817				
39358	1	6	Bolo caseiro, sabor: Chocolate. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.465633	150	UN.	31,4500	4.717,5000
42327	1	7	Bolo caseiro, sabor: Laranja. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.456657	150	UN.	30,9500	4.642,5000
39362	1	8	Mini Empada assada e recheada, frango catupiry, ou palmito com creme. Farinha de trigo enriquecida de ferro e ácido fólico, gordura hidrogenada, água, tomate, azeitona verde, gema de ovo, cebola, óleo de soja, sal, caldo de galinha e leite integral. Contendo 30g a unidade. Embalados em caixa com tampa, contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 270025"	100	UN.	217,0400	21.704,0000
39366	1	9	Mini Esfirra fechada Massa: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, fermento, ovos, leite e gordura vegetal. Recheio de carne: carne moída (patinho ou coxão mole sem gordura) temperada com limão, sal, pimenta do reino, alho, cebola e tomate. Recheio de pizza: Queijo mussarela ralado, apresuntado ralado, orégano e tomate. Sabor frango: Frango cozido, desfiado,	100	UN.	182,8300	18.283,0000

			refogado com alho, cebola , tomate, sal, catupiry ou requeijão cremoso, 20 gr a unidade, Embalados em caixa descartável com tampa, contendo 100 unidades cada caixa, preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer sujidade CAT/MAT. 460593				
28537	1	10	Lanche pão francês contendo (pão francês com 2 fatias de presunto, 2 fatias de queijo tipo mussarela). compras governamentais 363092	2500	UN.	9,0500	22.625,0000
39373	1	11	Salgados diversos fritos: risóles de carne, risóles de frango, travesseiro de pizza, croquete de calabresa apimentado, coxinha de frango, coxinha de carne, pastel de vento com carne, bolinha de queijo e quibe. Fritos em horário adequado para ser servido, peso médio de 14 à 16 gr a unidade, utilizar para a fritura óleo limpo sem cheiro ou sabor rançoso, salgados de cor clara sem farinha de rosca queimada ( típico de óleo saturado). Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, Embalagem descartável com tampa contendo 100 unidades. Código compras governamentais 461970 "	400	UN.	71,7000	28.680,0000
39375	1	12	Néctar de fruta, produto proveniente de matéria-prima sã, extraído de frutas in natura, isentas de sujidade e parasitas. Acondicionado em embalagem aluminizada interiormente com tampa de rosquear com lacre. Contendo 01 Litro, rótulo com a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	400	UN.	13,3000	5.320,0000



			Sabores: laranja, maracujá, pêssego e uva. Isento de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao suco. CAT/MAT.334296				
23257	1	13	Refrigerante 2 litros tipo coca ou guaraná. Embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade. CAT/MAT.344694	400	FR	14,2400	5.696,0000

#### 4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### 5. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O objeto desta licitação será entregue parceladamente de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A execução dos serviços compreende o fornecimento de alimentos e bebidas no local do evento, e demais atividades necessárias à sua boa execução.

6.1.2. Os materiais deverão ser entregues no local indicado na ordem de fornecimento.

6.1.4. Os alimentos deverão ser preparados utilizando-se matéria-prima e insumos de boa qualidade.

6.2. As bebidas deverão estar na temperatura adequada ao consumo no horário de lanche, sendo que a contratada deverá acondicioná-las corretamente.

6.2.1. Eventualmente, o serviço deverá ser prestado fora do horário comercial.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. A Contratada deve estar preparada para, eventualmente, atender a mais de 01 evento simultaneamente e em locais diferentes.

6.6. Os alimentos prontos, como bolos, salgados e doces, deverão ser entregues em embalagens próprias, adequadas ao tamanho de cada encomenda, embalado corretamente, não podendo haver nenhum tipo de fissuras nas embalagens, sendo ainda, dispostos em embalagens descartáveis, que não poderão ser reutilizadas pela contratada.

6.7. A organização dos alimentos e bebidas no local do evento deverá ser providenciada pela Contratada com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto na Ordem de Serviço.

6.8. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato Alvará da Vigilância Sanitária.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A empresa é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da empresa, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## **8. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

8.1. Os direitos e responsabilidades das partes são os dispostos na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços.

## **9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04
0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00
1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	935	2.500,00

1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00
1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	939	2.500,00
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1602	2494	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00
0501	2530	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00
0605	2588	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00

1203	2648	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1401	2650	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1801	2666	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.800,00
1802	2667	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2935	2.500,00
1501	13116	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00
1501	13195	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00
0605	13635	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00

## 10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

### 10.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Claudinei Edson Dalla Corte
- Gabinete do Prefeito: Geraldo José dos Santos
- Secretaria de Educação: Elcia Godinho de Moraes
- Secretaria da Assistência Social: Claudineia de Sousa Lazaretti
- Secretaria da Saúde: Lilian Welz
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Neusa de Angeli Dalvi
- Secretaria de Esportes: Rafael de Melo Bartz
- Secretaria de Serviços Urbanos: Ronaldo Felipe Maciel
- Secretaria de Agricultura: Thiago Munhoz D' Alecio

- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Luiz Antonio Marafon
- Secretário de Obras: Guilherme Santa Rosa

10.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Lucimara Andrade Machado
- Gabinete do Prefeito: Francielly Trevillin Luiz do Amaral
- Secretaria de Educação: Paloma Fabiana de Souza Santos
- Secretaria da Assistência Social: Jean Carlos Bonissoni
- Secretaria da Saúde: Roselena Vieira
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Cintia Candida Paim
- Secretaria de Esportes: Julio Cesar Menigite
- Secretaria de Agricultura: Juliana Felizari Gnoatto
- Secretaria de Serviços Urbanos: Adriana Candida Sluzovski
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Helena Peteck
- Secretaria de Obras: Vitor Hugo Tiburcio de Almeida

10.2.1 E na sua ausência, ficará a cargo dos servidores:

- Secretaria de Administração: Viviane Cristina Ciciliato Retamero
- Gabinete do Prefeito: Maria Eduarda Pio
- Secretaria de Educação: Andressa Fernanda Tomaz de Lima
- Secretaria da Assistência Social: Ellen Thais da Silva
- Secretaria da Saúde: Gessica karoline dos santos Rocatelli
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Reynaldo Borges Reis Neto
- Secretaria de Esportes: Maikon Cesar da Rocha Hoshi
- Secretaria de Agricultura: Danielle Penido da Silva
- Secretaria de Serviços Urbanos: Karla Tatiane Macario de Oliveira dos Santos



- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Odílio Carmargo Alves
- Secretaria de Obras: Acacia Regia Amaral Wanderlind

10.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

10.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

10.5. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 223/2023 e Portaria 290/2023.

## **11. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO**

11.1. As penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas serão as dispostas na Cláusula Décima Terceira da Minuta da Ata de Registro de Preços.

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA**

NOME DA LICITANTE  
Nº DO CNPJ  
Endereço, Cidade e Estado.  
Nº do Telefone.  
Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Eletrônico nº XXX/202X.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

- 1.1. O valor global para a execução do objeto é de R\$-(valor por extenso).
- 1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.
- 1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Fornecedora para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Relação de itens cotados:

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal  
CPF e RG

**ANEXO III**

**MODELO DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

Declaro para os devidos fins, sob as penas da lei, que a empresa supracitada não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubatuba ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº

## **ANEXO IV**

### **MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_ e e-mail \_\_\_\_\_, doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº XXXX/202X, Pregão Eletrônico n.º XXX/202X e de acordo com as cláusulas a seguir:

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE LANCHES E SALGADOS DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

#### **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

#### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO**

3.1. O valor global registrado é de R\$(-).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO**

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. O objeto desta licitação será entregue parceladamente de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A execução dos serviços compreende o fornecimento de alimentos e bebidas no local do evento, e demais atividades necessárias à sua boa execução.

*bela, amada e gentil*

6.1.2. Os materiais deverão ser entregues no local indicado na ordem de fornecimento.

6.1.4. Os alimentos deverão ser preparados utilizando-se matéria-prima e insumos de boa qualidade.

6.2. As bebidas deverão estar na temperatura adequada ao consumo no horário de lanche, sendo que a contratada deverá acondicioná-las corretamente.

6.2.1. Eventualmente, o serviço deverá ser prestado fora do horário comercial.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. A Contratada deve estar preparada para, eventualmente, atender a mais de 01 evento simultaneamente e em locais diferentes.

6.6. Os alimentos prontos, como bolos, salgados e doces, deverão ser entregues em embalagens próprias, adequadas ao tamanho de cada encomenda, embalado corretamente, não podendo haver nenhum tipo de fissuras nas embalagens, sendo ainda, dispostos em embalagens descartáveis, que não poderão ser reutilizadas pela contratada.

6.7. A organização dos alimentos e bebidas no local do evento deverá ser providenciada pela Contratada com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto na Ordem de Serviço.

6.8. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato Alvará da Vigilância Sanitária.

## **7. CLAÚSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas na presente Ata de Registro de Preços.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A fornecedora é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da empresa, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que porventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas na presente Ata de Registro de Preços.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **8.1. São direitos do MUNICÍPIO:**

- 8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;
- 8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;
- 8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### **8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:**

- 8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;
- 8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;
- 8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;
- 8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;
- 8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### **8.3. São obrigações da FORNECEDORA:**

- 8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;



8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela FORNECEDORA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04
0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00
1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	935	2.500,00
1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00
1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	939	2.500,00
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00

1602	2494	3390300712 00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	3390300712 00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	3390300712 00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	3390300712 00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00
0501	2530	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00
0605	2588	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1203	2648	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1401	2650	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1801	2666	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.800,00
1802	2667	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2935	2.500,00

1501	13116	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00
1501	13195	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	3390300712 00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00
0605	13635	3390300799 00	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Claudinei Edson Dalla Corte
- Gabinete do Prefeito: Geraldo José dos Santos
- Secretaria de Educação: Elcia Godinho de Moraes
- Secretaria da Assistência Social: Claudineia de Sousa Lazaretti
- Secretaria da Saúde: Lilian Welz
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Marcos da Silva Retamero
- Secretaria de Esportes: Rafael de Melo Bartz
- Secretaria de Serviços Urbanos: Ronaldo Felipe Maciel
- Secretaria de Agricultura: Thiago Munhoz D' Alecio
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Luiz Antonio Marafon
- Secretário de Obras: Guilherme Santa Rosa

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Lucimara Andrade Machado
- Gabinete do Prefeito: Francielly Trevillin Luiz do Amaral
- Secretaria de Educação: Paloma Fabiana de Souza Santos
- Secretaria da Assistência Social: Jean Carlos Bonissoni
- Secretaria da Saúde: Roselena Vieira
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Cintia Candida Paim
- Secretaria de Esportes: Julio Cesar Menigite
- Secretaria de Agricultura: Juliana Felizari Gnoatto
- Secretaria de Serviços Urbanos: Adriana Candida Sluzovski
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Helena Peteck
- Secretaria de Obras: Vitor Hugo Tiburcio de Almeida

12.2.1 E na sua ausência, ficará a cargo dos servidores:

- Secretaria de Administração: Viviane Cristina Ciciliato Retamero
- Gabinete do Prefeito: Maria Eduarda Pio
- Secretaria de Educação: Andressa Fernanda Tomaz de Lima

- Secretaria da Assistência Social: Ellen Thais da Silva
- Secretaria da Saude: Gessica karoline dos santos Rocatelli
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Reynaldo Borges Reis Neto
- Secretaria de Esportes: Maikon Cesar da Rocha Hoshi
- Secretaria de Agricultura: Danielle Penido da Silva
- Secretaria de Serviços Urbanos: Karla Tatiane Macario de Oliveira dos Santos
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Odílio Carmargo Alves
- Secretaria de Obras: Acacia Regia Amaral Wanderlind

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022 e Portaria 390/2022

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.



13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### **18. CLÁSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, XX de XXXXXX de 2023.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
FORNECEDORA

## Proc. Administrativo 6- 4.279/2023

**De:** Bruna M. - PGM-ASSEJUR

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 08/11/2023 às 15:13:59

**Setores envolvidos:**

GP, PGM-ASSEJUR, SEMAD, SEMAD-DCOM, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT, CGM-AL

### REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO N 422.2023 - Aquisição de lanches e salgados para eventos destinados as secretarias municipais de Ubatuba .

Segue parecer jurídico.

Att

—

**Bruna Correa Malheiro**  
*Advogada Pública*

**Anexos:**

PJ\_422\_2023.pdf

## PARECER JURÍDICO

Ao Departamento de Licitações

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO

**REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO** N° 422/2023

**OBJETO:** Aquisição de lanches e salgados para eventos destinado as secretarias municipais de Ubiratã.

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, na qual requer análise jurídica da legalidade do Processo de Licitação em epígrafe, bem como a análise da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico, cujo objetivo é a aquisição de lanches e salgados para eventos destinado as secretarias municipais de Ubiratã.

Foram apresentados ao processo cópia do ato de Requisição de Licitação, bem como minuta do instrumento convocatório para tal desiderato, instruído de edital de licitação, termo de referência, modelo de proposta de preços, bem como, modelo de declarações exigidas em lei e requeridas no Edital, declaração de habilitação e declaração de cumprimento dos requisitos legais e minuta do contrato.

A justificativa apresentada pela Secretaria para contratação pleiteada encontra-se acostada junto ao requerimento de licitação.

É o breve relatório. Passo a opinar.

Desde logo, cumpre destacar que a essa Assessoria Jurídica não cabe analisar o mérito da contratação, o qual pertence exclusivamente aos ordenadores de despesas. Entretanto, incumbe a este profissional verificar o cumprimento das normas e princípios que regem a atividade da Administração Pública e, especialmente, avaliar as minutas de edital de licitação e do respectivo contrato, na forma do artigo 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, quanto aos **aspectos jurídicos envolvidos**, alertando os gestores quanto aos possíveis riscos de suas condutas.

Isso compreendido, passemos ao exame.

Consta dos autos a indicação da fonte de recursos para atender a despesa, o que atende a exigência do art. 7º §2º, inc. III, da Lei Federal nº 8.66/93, haja vista haver informação suficiente de que existe disponibilidade para cobrir a despesa.

Rememore-se, ainda, que o procedimento em questão apresenta formulário de dotação orçamentária, evidenciando a existência de previsão desta despesa ao especificar o valor, projeto, elemento de despesa, fonte de recursos e o plano interno.

Nesse sentido, o formulário cumpre com os requisitos legais exigidos pela Lei nº 8.666/93.

Nesta esteira, cabe analisar a modalidade licitatória, apontando-se que é admitida e indicada a realização de pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (art. 1º, parágrafo único, Lei nº 10.520/2002).

Conforme Marçal Justen Filho:

[...] há casos em que a Administração necessita de bens que estão disponíveis no mercado, configurados em termos mais ou menos variáveis. São hipóteses em que é público o domínio das técnicas para a produção do objeto e seu fornecimento ao adquirente (inclusive à Administração), de tal modo que não existe dificuldade em localizar um universo de fornecedores em condições de satisfazer plenamente o interesse público. Em outros casos, o objeto deverá ser produzido sob encomenda ou adequado às configurações de um caso concreto. (g. n.)

O pregão eletrônico é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.



Cumpra salientar que papel do órgão jurídico é o de verificar o preenchimento dos pressupostos legais, decorrentes da interpretação das normas pela doutrina e jurisprudência. Nesta seara, consta do processo a indicação para a realização do pregão eletrônico.

Restou acostado ainda a minuta do edital de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o critério menor preço por item.

Quanto ao exame da regularidade do procedimento de licitação, no que diz respeito à sua fase interna, foram observadas as exigências do art. 3º, I, da Lei 10.520/02, bem como, o ato administrativo segue as diretrizes do art. 50, da Lei n.º 9.784/99.

Quanto à minuta do edital apresentada, essa contém as cláusulas obrigatórias exigidas pelo art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93 sendo que as exigências de qualificação são aquelas previstas expressamente nos arts. 27 a 31 da Lei Federal nº 8.666/93.

O critério menor preço por item, admissível na modalidade pregão eletrônico, é adequado, considerando que não foram observadas características especiais que demandariam a análise da melhor técnica nas propostas a serem apresentadas.

No que diz respeito à especificação do objeto da licitação, trata-se de matéria que se insere no âmbito da discricionariedade técnica, devendo a autoridade competente assumir as responsabilidades daí decorrentes, tanto no que diz respeito à sua qualificação como “serviço comum”, quanto atentando para que sejam mantidas no edital apenas as exigências que, rigorosamente, sejam indispensáveis, sob pena de se frustrar a competitividade da licitação, com violação do art. 3º, §1º, inc. I da Lei Federal nº 8.666/93.

Cabe advertir que a descrição do objeto, como preconiza o mesmo art. 3º, em seu inciso II, deve ser precisa, suficiente e clara, destacando-se que devem ser evitadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias (art. 3º, II), primando-se por certa padronização nos descritivos dos itens, de modo que sua definição seja interpretada de forma inequívoca pelos participantes do processo licitatório.

Convém salientar que a análise da adequação desta descrição escapa à matéria de conhecimento do profissional da área jurídica, a quem cabe apontar à autoridade solicitante quais as cautelas recomendáveis para garantir a higidez do certame, com o

cumprimento das normas aplicáveis, no entanto, aparentemente, não existem defeitos grosseiros, capazes de ser constatados por este profissional.

No demais, em virtude da aparente regularidade da fase preparatória, sopesando-se o princípio da boa-fé, da presunção de legitimidade dos atos administrativos e limitando-se à análise dos elementos devidamente expostos nos autos, entende-se que o procedimento e a modalidade são adequados.

Do exposto, opino pela aprovação da minuta do edital de licitação, na modalidade pregão eletrônico, sob o critério menor preço por item.

Por todo o exposto, entende esta Assessoria Jurídica que, o procedimento encontra-se de acordo com a Lei Federal n. º 8.666/93, razões pela qual, diante das justificativas, opino pela sequência do procedimento na modalidade Pregão, na forma Eletrônica.

É o parecer.

Ubiratã, 08 de novembro de 2023.

***Bruna Correa Malheiro***

***Advogada Pública***

***OAB/PR 88.976***



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C696-1AE3-8B4B-8EDC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BRUNA CORREA MALHEIRO (CPF 063.XXX.XXX-23) em 08/11/2023 15:14:22 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/C696-1AE3-8B4B-8EDC>

**Proc. Administrativo 7- 4.279/2023**

**De:** Thiago G. - SEMAD-LICIT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 08/11/2023 às 16:41:47

—  
**Thiago Dadalto Gimenez**  
Divisão de Licitação

**Proc. Administrativo 8- 4.279/2023**

**De:** Thiago G. - SEMAD-LICIT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 08/11/2023 às 16:42:13

Edital assinado, segue para publicações

—

**Thiago Dadalto Gimenez**

Divisão de Licitação

**Anexos:**

EDITAL\_LANCHES\_E\_SALGADOS.docx

EDITAL\_LANCHES\_E\_SALGADOS\_assinado.pdf

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2023**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6326/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4279/2023**

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP/COOP, NOS TERMOS DO ART. 48, I DA LC Nº 123/06**

## **1. PREÂMBULO**

1.1. O Município de Ubatuba, pessoa jurídica de direito público, UASG 987933, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, torna pública a realização da Licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06, Lei Municipal nº 001/2012 e suas alterações, Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 e subsidiariamente às exigências do presente edital.

1.2. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, conforme datas e horários definidos abaixo:

**1.2.1. DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ATÉ ÀS 08H15MIN DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal.

**1.2.2. DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: A PARTIR DAS 08H15MIN DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.3. Este edital e o termo de referência foram elaborados dentro dos moldes fornecidos pela secretaria requisitante.

## **2. DO OBJETO**

2.1. A presente licitação visa à escolha da proposta mais vantajosa para o seguinte objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE LANCHES E SALGADOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

2.2. Havendo divergências entre as especificações dos itens deste edital com as constantes no Compras Governamentais, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas às exigências contidas neste edital e seus anexos quanto à especificação do objeto.

## **3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL**

3.1. O valor máximo aceitável deste certame está fixado em R\$-133.610,00 (cento e trinta e três mil seiscentos e dez reais).



3.2. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que após a etapa de lances/negociação possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos estabelecidos pelo edital.

#### 4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04
0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00
1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	935	2.500,00
1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00
1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	939	2.500,00
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00

1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1602	2494	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00
0501	2530	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00
0605	2588	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1203	2648	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1401	2650	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1801	2666	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.800,00
1802	2667	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2935	2.500,00
1501	13116	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00

1501	13195	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00
0605	13635	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00

## 5. DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – MEI, MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E COOPERATIVAS – COOP, CONFORME LC Nº 123/06

5.1. A presente licitação se destina à participação exclusiva de MEI/ME/EPP/COOP nos termos do art. 48, I da LC Nº 123/06, considerando que os valores dos itens de contratação são inferiores a R\$-80.000,00. Ainda, conforme documentação anexada nos autos do processo comprova-se a existência de no mínimo três empresas competitivas enquadradas no regime de MEI/ME/EPP/COOP sediadas no Estado do Paraná, regionalização está definida pela Lei Municipal nº 01/2012 e suas alterações.

5.2. Os benefícios previstos no subitem anterior não excluem a possibilidade de regularização fiscal e trabalhista tardia prevista no art. 43 da LC nº 123/06.

## 6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou licitante poderá requisitar esclarecimentos ou impugnar este edital.

6.2. O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser realizado por forma eletrônica, através do e-mail [licitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:licitacao@ubirata.pr.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disposto no preâmbulo deste edital.

6.3. O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento ou à impugnação em até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, com base nos subsídios formais requisitados aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

6.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou impugnação será encaminhado via e-mail à requerente, divulgado no Compras Governamentais e disponibilizado no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos do presente pregão.

6.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.6. Os pedidos de esclarecimento ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

## 7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4. A Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

8.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SICAF.

8.1.1. As Licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

8.2. Não poderão participar da presente licitação:

8.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

8.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubatuba, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

8.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

8.2.4. Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

8.2.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

8.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

8.2.7. Empresas que não se enquadrarem no regime de MEI/ME/EPP/COOP.

8.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

8.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

8.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame;

8.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/06, mesmo que MEI/ME/EPP/COOP.

8.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

8.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

8.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

8.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a Licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

8.5. A declaração digital acima descrita substitui o envio de declaração assinada via sistema.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1. As Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, até as **ATÉ ÀS 08H15MIN DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal, proposta com

a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. Concomitantemente com a proposta, a Licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital.

9.3. As Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no cadastro.

9.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.5. As Licitantes qualificadas como MEI/ME/EPP/COOP deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06, sob pena de inabilitação.

9.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Até a abertura da sessão pública, as Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da Licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

10.1. A Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.1.2. Valor unitário do item, com no máximo duas casas decimais;

10.1.3. Marca do produto cotado.

10.2. A Licitante poderá também encaminhar proposta nos termos do Anexo II do presente edital, em arquivo digital (pdf), dispensando, neste caso, o envio de proposta readequada ao último lance ofertado conforme estabelecido nos subitens 12.6 e 12.6.1 do presente edital.



10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta será de noventa dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. As Licitantes poderão cotar somente os itens que forem de seu interesse.

10.7. A proposta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.8. A apresentação da proposta implicará:

10.8.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este edital e seus anexos;

10.8.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais e, condições para execução dos serviços.

## **11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

11.1. A partir das **08H15MIN DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2023**, horário de Brasília - DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3. Cabe à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis, **apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento**, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

11.4.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a Licitante.

11.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, devendo o lance ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM.

A. As Licitantes deverão honrar o lance ofertado para a execução do quantitativo total do objeto, sob pena de aplicação das penalidades previstas em edital pelo não mantimento da proposta.

11.6.2. No caso de o lance da Licitante incidir em valor unitário com mais de duas casas após a vírgula, serão desconsiderados os demais valores, prevalecendo apenas duas casas decimais para fins de contratação.

A. Nesse caso, o valor arredondado será informado pelo pregoeiro no campo “valor negociado”.

11.7. As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

11.8. A Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$-0,01 (Um centavo).

11.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, em que as Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.12. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da Licitante.

11.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.15. Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às MEI/ME/EPP/COOP participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.16.1. Nessas condições, as propostas de MEI/ME/EPP/COOP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.16.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.16.3. Caso a MEI/ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.17. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta a Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.18.1. Nessa fase, a Licitante que tiver ofertado proposta ou lance superior ao máximo estabelecido pelo edital e não aceitar a negociação de preços será desclassificada para o item;

11.18.2. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a Licitante para que seja obtido preço melhor.

11.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de **duas horas** a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema Compras Governamentais, e deverá conter:

12.1.1. O número e a modalidade da presente licitação;

12.1.2. Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ da proponente;

12.1.3. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal;

12.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da Licitante vencedora, para fins de pagamento;

12.1.5. Conter a indicação do preposto da Licitante, apto a representá-la na execução do Contrato;

12.1.6. Conter os preços unitários e totais dos itens, com duas casas decimais, readequados ao último lance ofertado;

12.1.7. Conter marca do cotado.

12.1.8. A Licitante vencedora deverá encaminhar, caso necessário para complementar as informações constantes na proposta, catálogo, folder, tela de internet ou qualquer documento que comprove que o produto ofertado atende completamente à especificação exigida em edital.

12.2. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação da Licitante convocada ou por decisão do pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

12.3. O modelo de proposta consta no Anexo II do presente edital.

12.4. A Licitante que abandonar o certame deixando de enviar a proposta quando convocada será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.5. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.6. O envio da proposta final poderá ser dispensado caso a Licitante já tenha encaminhado proposta inicial, em arquivo digital (pdf), nos moldes do Anexo II do presente edital, sendo que, neste caso, o valor da proposta será automaticamente atualizado pelo lance final ofertado pela Licitante ou pelo valor negociado pelo pregoeiro, conforme registrado no Compras Governamentais.

12.6.1. A dispensa do envio da proposta final somente ocorrerá se o recurso financeiro da licitação não decorrer de transferência voluntária da União e será motivado pelo pregoeiro no chat, com fulcro nos princípios da celeridade e eficiência.

12.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.7.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra Licitante.

12.9. As propostas e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

### **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

13.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto ao estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

13.2. Serão desclassificadas as propostas:

13.2.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

13.2.2. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.2.3. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3.1. Considera-se inexequível a proposta que, não sendo possível aplicar o princípio da comparação objetiva das propostas, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se

referirem a materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.3.4. O pregoeiro poderá convocar a Licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.3.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela Licitante, antes de findo o prazo.

13.3.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço/bem/produto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.5. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.6. Nos itens não exclusivos para a participação de MEI/ME/EPP/COOP, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da Licitante, observado o disposto neste edital.

## **14. DA HABILITAÇÃO**

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. SICAF;

14.1.2. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;



14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

14.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

14.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

14.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificação de fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3.3. A Licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.4. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

14.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das Licitantes será verificada, primeiramente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme documentação exigida para esta licitação.

14.6.1. A Licitante deverá anexar no sistema Compras Governamentais, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica e até a abertura da sessão pública, os documentos desatualizados ou não abrangidos pelo SICAF.

14.6.2. É dever de a Licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

14.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da Licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).

14.6.4. A Licitante detentora do menor preço qualificada como MEI/ME/EPP/COOP deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a Licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

14.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais e não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Para a habilitação da Licitante detentora da melhor oferta, será exigida a documentação relativa a:

**14.11.1. Habilitação Jurídica:**

A. Documento de identificação com foto e Cadastro de Pessoa Física do representante legal da empresa;

B. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

D. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

E. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

14.11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.11.3. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.11.4. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

14.11.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

14.11.6. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

**14.11.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

B. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

C. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante;

D. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;

E. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

F. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**14.11.8. Qualificação Técnica:**

A. Para a presente licitação será exigida qualificação técnica, para assinatura do contrato conforme item 18.2.3.

**14.11.9. Qualificação Econômico – Financeira.**

A. Não será exigida qualificação econômico-financeira para a presente licitação.

**14.11.9. Documentação Complementar.**

A. Declaração Unificada (Anexo III)

14.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.16. Será inabilitada a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos junto à proposta eletrônica, através do SICAF ou quando convocada, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

14.17. Nos itens não exclusivos a MEI/ME/EPP/COOP, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

## **15. DOS RECURSOS**

15.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, o pregoeiro verificará a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso será avaliado pelo pregoeiro tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

15.2.3. A falta de manifestação motivada da Licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que

começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

## **16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todas as Licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da Licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

17.1. O objeto da licitação será adjudicado a Licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Ata de Registro de Preços.

18.2. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município para a assinatura a Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, para que seja assinada e devolvida pela adjudicatária no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo para assinatura ou devolução da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.

#### **QUANDO SE EXIGIR QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, COLOCAR O QUE SEGUE:**

18.2.3. No caso de a adjudicatária comparecer no município para assinatura, a mesma deverá apresentar, no ato da assinatura, as seguintes comprovações:

A. Alvará da Vigilância Sanitária

18.2.4. No caso da Ata de Registro de Preços ser encaminhada à adjudicatária via correio ou e-mail, a mesma deverá, mediante convocação do município, apresentar as comprovações previstas no subitem anterior.

18.3. Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar a comprovação exigida e/ou não assinar a Ata de Registro de Preços, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora, conforme disposto no art. 4º, incisos XVI e XXIII da Lei 10.520/02.

18.4. A existência de preços registrados não obriga o município a firmar contratações que deles possam advir.

18.5. Para a contratação do objeto do presente registro de preços, o município se reserva ao direito de considerar as notas de empenho, autorizações de compras ou ordens de execução de serviços como instrumento de contrato, de acordo com o previsto no art. 62, caput da Lei nº 8.666/93.

18.6. A Ata de Registro de Preços vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

### **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Sujeitam-se as Licitantes as seguintes penalidades:

19.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicado à penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Ensejar o retardamento na execução do objeto do certame;
- B - Fizer declaração falsa;
- C - Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;
- D - Omitir o real enquadramento da empresa;
- E - Realizar conluio, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



19.1.1.1. Considera-se o retardamento na execução do objeto do certame previsto na alínea “A”, qualquer ação ou omissão da licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura da Ata de Registro de Preços ou aceite o instrumento equivalente.

19.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubatuba por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Não manter proposta e/ou deixar de encaminhar proposta readequada quando convocada;
- B - Recusar-se injustificadamente em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ou não atender os requisitos exigidos para qualificação técnica, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

19.1.2.1. Considera-se o não mantimento da proposta previsto na alínea “A”, a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigido, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

19.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:

- A - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.

19.2. Concomitante às penalidades previstas, se sujeita à Licitante ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02

19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estarão previstas no Termo de Referência e na Minuta da Ata de Registro de Preços.

## **20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

20.1. Fica garantido ao Município de Ubatuba o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

20.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

20.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

20.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

20.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e o Município de Ubiratã não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2. Município de Ubiratã não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas por meio de terceiros.

21.3. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

21.5. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.6. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

21.6.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

21.6.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.7. É facultado ao (à) pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9. Todos os documentos que se exige cópia autêntica poderão ser autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

21.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.13. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.17. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.18. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.18.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 21.18.2. Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
- 21.18.3. Anexo III – Declaração Unificada;
- 21.18.4. Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Ubitatã, Paraná, 08 de novembro de 2023.

**FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:600  
76020959**

Assinado de forma  
digital por FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:60076020959  
Dados: 2023.11.08  
16:40:54 -03'00'

**FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**  
Prefeito

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6326/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4279/2023**

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, se destina à **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE LANCHES E SALGADOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

#### 2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa para preparação de lanches e salgados que serão fornecidos em eventos, palestras, reuniões, conferências, formações e cursos ofertados pelas secretarias, com uma particularidade na Secretaria de Esportes, que deverá ofertar 6 atletas das categorias de base e ou adulto em competições na defesa da honra do Município, em viagens para fora do município de forma a colaborar com a manutenção e condição do atleta.

#### 3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Visa-se a contratação do objeto na seguinte especificação, quantidade máxima estimada e valores unitários e totais máximos:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Beijinho, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hydrogenada, coco ralado desidratado sem açúcar, empanado com coco ralado /ou leite em pó integral, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 462667	20	UN.	96,65	1.933,00
1	2	Brigadeiro de chocolate preto, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hydrogenada, chocolate em pó 50% cacau, empanado com chocolate granulado /ou chocolate quadriculado, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem	20	UN.	96,65	1.933,00

		primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 445039.				
1	3	Mini Pão de queijo assado, ingredientes: Polvilho azedo, leite, sal, água, óleo, ovos, mussarela ralada. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, embalagem descartável com tampa contendo 1 kg e com 15 gramas a unidade. Código compras governamentais 460493	200	UN.	42,98	8.596,00
1	4	Bolo caseiro, sabor: Cenoura. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.465635	150	UN.	32,13	4.819,50
1	5	Bolo caseiro, sabor: Fubá. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.476817	150	UN.	31,07	4.660,50
1	6	Bolo caseiro, sabor: Chocolate. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.465633	150	UN.	31,45	4.717,50
1	7	Bolo caseiro, sabor: Laranja. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.456657	150	UN.	30,95	4.642,50
1	8	Mini Empada assada e recheada, frango catupiry, ou palmito com creme. Farinha de trigo enriquecida de ferro e ácido fólico, gordura hidrogenada, água, tomate, azeitona verde, gema de ovo, cebola, óleo de soja, sal, caldo de galinha e leite integral. Contendo 30g a unidade. Embalados em caixa com tampa, contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 270025	100	UN.	217,04	21.704,00
1	9	Mini Esfirra fechada. Massa: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, fermento, ovos, leite e gordura vegetal. Recheio	100	UN.	182,83	18.283,00

		de carne: carne moída (patinho ou coxão mole sem gordura) temperada com limão, sal, pimenta do reino, alho, cebola e tomate. Recheio de pizza: Queijo mussarela ralado, apresuntado ralado, orégano e tomate. Sabor frango: Frango cozido, desfiado, refogado com alho, cebola, tomate, sal, catupiry ou requeijão cremoso, 20 gr a unidade, Embalados em caixa descartável com tampa, contendo 100 unidades cada caixa, preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer sujidade. CATMAT. 460593				
1	10	Lanche pão francês contendo (pão francês com 2 fatias de presunto, 2 fatias de queijo tipo mussarela). compras governamentais 363092	2500	UN.	9,05	22.625,00
1	11	Salgados diversos fritos: risóles de carne, risóles de frango, travesseiro de pizza, croquete de calabresa apimentado, coxinha de frango, coxinha de carne, pastel de vento com carne, bolinha de queijo e quibe. Fritos em horário adequado para ser servido, peso médio de 14 à 16 gr a unidade, utilizar para a fritura óleo limpo sem cheiro ou sabor rançoso, salgados de cor clara sem farinha de rosca queimada (típico de óleo saturado). Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, Embalagem descartável com tampa contendo 100 unidades. Código compras governamentais 461970	400	UN.	71,70	28.680,00
1	12	Néctar de fruta, produto proveniente de matéria-prima sã, extraído de frutas in natura, isentas de sujidade e parasitas. Acondicionado em embalagem aluminizada interiormente com tampa de rosquear com lacre. Contendo 01 Litro, rótulo com a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Sabores: laranja, maracujá, pêssego e uva. Isento de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao suco. CATMAT 334296	400	UN.	13,30	5.320,00
1	13	Refrigerante 2 litros tipo coca ou guaraná. Embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade. CATMAT 344694	400	FR	14,24	5.696,00

#### 4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

Proc. Administrativo 4279/2023 - Anexo 3 EDITAL 011 ANCHES\_E\_SALGADOSassinado.pdf (25/45)

[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

## **5. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO**

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. O objeto desta licitação será entregue parceladamente de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A execução dos serviços compreende o fornecimento de alimentos e bebidas no local do evento, e demais atividades necessárias à sua boa execução.

6.1.2. Os materiais deverão ser entregues no local indicado na ordem de fornecimento.

6.1.4. Os alimentos deverão ser preparados utilizando-se matéria-prima e insumos de boa qualidade.

6.2. As bebidas deverão estar na temperatura adequada ao consumo no horário de lanche, sendo que a contratada deverá acondicioná-las corretamente.

6.2.1. Eventualmente, o serviço deverá ser prestado fora do horário comercial.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. A Contratada deve estar preparada para, eventualmente, atender a mais de 01 evento simultaneamente e em locais diferentes.

6.6. Os alimentos prontos, como bolos, salgados e doces, deverão ser entregues em embalagens próprias, adequadas ao tamanho de cada encomenda, embalado corretamente, não podendo haver nenhum tipo de fissuras nas embalagens, sendo ainda, dispostos em embalagens descartáveis, que não poderão ser reutilizadas pela contratada.

6.7. A organização dos alimentos e bebidas no local do evento deverá ser providenciada pela Contratada com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto na Ordem de Serviço.



6.8. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato Alvará da Vigilância Sanitária.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A empresa é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da empresa, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## **8. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

8.1. Os direitos e responsabilidades das partes são os dispostos na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços.

## **9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. A empresa deverá, quando do faturamento do objeto contratado, observar o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e no Decreto Municipal nº 87/2023, para emissão dos documentos fiscais, inclusive quanto ao correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

9.4. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04
0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00
1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	935	2.500,00
1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00
1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	939	2.500,00
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA		2.500,00

			COPA E CANTINA		
1602	2494	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00
0501	2530	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00
0605	2588	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1203	2648	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1401	2650	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1801	2666	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.800,00
1802	2667	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS	2935	2.500,00

			ALIMENTÍCIOS		
1501	13116	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00
1501	13195	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00
0605	13635	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00

## 10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

### 10.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Claudinei Edson Dalla Corte
- Gabinete do Prefeito: Geraldo José dos Santos
- Secretaria de Educação: Elcia Godinho de Moraes
- Secretaria da Assistência Social: Claudineia de Sousa Lazaretti
- Secretaria da Saúde: Lilian Welz
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Neusa de Angeli Dalvi
- Secretaria de Esportes: Rafael de Melo Bartz
- Secretaria de Serviços Urbanos: Ronaldo Felipe Maciel
- Secretaria de Agricultura: Thiago Munhoz D' Alecio
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Luiz Antonio Marafon
- Secretário de Obras: Guilherme Santa Rosa

### 10.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Lucimara Andrade Machado
- Gabinete do Prefeito: Francielly Trevillin Luiz do Amaral
- Secretaria de Educação: Paloma Fabiana de Souza Santos
- Secretaria da Assistência Social: Jean Carlos Bonissoni
- Secretaria da Saúde: Roselena Vieira
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Cintia Candida Paim
- Secretaria de Esportes: Julio Cesar Menigite
- Secretaria de Agricultura: Juliana Felizari Gnoatto
- Secretaria de Serviços Urbanos: Adriana Candida Sluzovski
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Helena Peteck
- Secretaria de Obras: Vitor Hugo Tiburcio de Almeida

#### 10.2.1 E na sua ausência, ficará a cargo dos servidores:

- Secretaria de Administração: Viviane Cristina Ciciliato Retamero
- Gabinete do Prefeito: Maria Eduarda Pio

- Secretaria de Educação: Andressa Fernanda Tomaz de Lima
- Secretaria da Assistência Social: Ellen Thais da Silva
- Secretaria da Saúde: Gessica karoline dos santos Rocatelli
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Reynaldo Borges Reis Neto
- Secretaria de Esportes: Maikon Cesar da Rocha Hoshi
- Secretaria de Agricultura: Danielle Penido da Silva
- Secretaria de Serviços Urbanos: Karla Tatiane Macario de Oliveira dos Santos
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Odílio Carmargo Alves
- Secretaria de Obras: Acacia Regia Amaral Wanderlind

10.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

10.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

10.5. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 223/2023 e Portaria 290/2023.

## **11. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO**

11.1. As penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas serão as dispostas na Cláusula Décima Terceira da Minuta da Ata de Registro de Preços.

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA**

NOME DA LICITANTE  
Nº DO CNPJ  
Endereço, Cidade e Estado.  
Nº do Telefone.  
Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Eletrônico nº 173/2023.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

- 1.1. O valor global para a execução do objeto é de R\$-(valor por extenso).
- 1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.
- 1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Fornecedora para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Relação de itens cotados:

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal  
CPF e RG

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2023**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

A. Ter pleno conhecimento bem como atender a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame;

B. Inexistir fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da lei e que não está suspensa de licitar e contratar com o Município de Ubatuba, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;

C. Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

D. Que não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubatuba ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº



## ANEXO IV

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_ e e-mail \_\_\_\_\_, doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 6326/2023, Pregão Eletrônico nº 173/2023 e de acordo com as cláusulas a seguir:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE LANCHES E SALGADOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-(.).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O objeto desta licitação será entregue parceladamente de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A execução dos serviços compreende o fornecimento de alimentos e bebidas no local do evento, e demais atividades necessárias à sua boa execução.

6.1.2. Os materiais deverão ser entregues no local indicado na ordem de fornecimento.

6.1.4. Os alimentos deverão ser preparados utilizando-se matéria-prima e insumos de boa qualidade.

6.2. As bebidas deverão estar na temperatura adequada ao consumo no horário de lanche, sendo que a contratada deverá acondicioná-las corretamente.

6.2.1. Eventualmente, o serviço deverá ser prestado fora do horário comercial.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. A Contratada deve estar preparada para, eventualmente, atender a mais de 01 evento simultaneamente e em locais diferentes.

6.6. Os alimentos prontos, como bolos, salgados e doces, deverão ser entregues em embalagens próprias, adequadas ao tamanho de cada encomenda, embalado corretamente, não podendo haver nenhum tipo de fissuras nas embalagens, sendo ainda, dispostos em embalagens descartáveis, que não poderão ser reutilizadas pela contratada.

6.7. A organização dos alimentos e bebidas no local do evento deverá ser providenciada pela Contratada com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto na Ordem de Serviço.

6.8. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato Alvará da Vigilância Sanitária.

## **7. CLAÚSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas na presente Ata de Registro de Preços.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A fornecedora é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da empresa, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que porventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas na presente Ata de Registro de Preços.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **8.1. São direitos do MUNICÍPIO:**

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### **8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:**

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### **8.3. São obrigações da FORNECEDORA:**

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela FORNECEDORA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. A FORNECEDORA deverá, quando do faturamento do objeto contratado, observar o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e no Decreto Municipal nº 87/2023, para emissão dos documentos fiscais, inclusive quanto ao correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

9.4. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04
0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00
1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	935	2.500,00
1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00

1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	939	2.500,00
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1602	2494	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00
0501	2530	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00
0605	2588	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1203	2648	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1401	2650	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00

1801	2666	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.800,00
1802	2667	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2935	2.500,00
1501	13116	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00
1501	13195	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00
0605	13635	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento



fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Claudinei Edson Dalla Corte
- Gabinete do Prefeito: Geraldo José dos Santos
- Secretaria de Educação: Elcia Godinho de Moraes
- Secretaria da Assistência Social: Claudineia de Sousa Lazaretti
- Secretaria da Saúde: Lilian Welz
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Marcos da Silva Retamero
- Secretaria de Esportes: Rafael de Melo Bartz
- Secretaria de Serviços Urbanos: Ronaldo Felipe Maciel
- Secretaria de Agricultura: Thiago Munhoz D' Alecio
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Luiz Antonio Marafon
- Secretário de Obras: Guilherme Santa Rosa

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Lucimara Andrade Machado
- Gabinete do Prefeito: Francielly Trevillin Luiz do Amaral
- Secretaria de Educação: Paloma Fabiana de Souza Santos
- Secretaria da Assistência Social: Jean Carlos Bonissoni
- Secretaria da Saúde: Roselena Vieira
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Cintia Candida Paim
- Secretaria de Esportes: Julio Cesar Menigite
- Secretaria de Agricultura: Juliana Felizari Gnoatto
- Secretaria de Serviços Urbanos: Adriana Candida Sluzovski

- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Helena Peteck
- Secretaria de Obras: Vitor Hugo Tiburcio de Almeida

12.2.1 E na sua ausência, ficará a cargo dos servidores:

- Secretaria de Administração: Viviane Cristina Ciciliato Retamero
- Gabinete do Prefeito: Maria Eduarda Pio
- Secretaria de Educação: Andressa Fernanda Tomaz de Lima
- Secretaria da Assistência Social: Ellen Thais da Silva
- Secretaria da Saúde: Gessica karoline dos santos Rocatelli
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Reynaldo Borges Reis Neto
- Secretaria de Esportes: Maikon Cesar da Rocha Hoshi
- Secretaria de Agricultura: Danielle Penido da Silva
- Secretaria de Serviços Urbanos: Karla Tatiane Macario de Oliveira dos Santos
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Odílio Carmargo Alves
- Secretaria de Obras: Acacia Regia Amaral Wanderlind

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 233/2023.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubiratã pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubiratã ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, XX de XXXXXX de 2023.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
FORNECEDORA

**Proc. Administrativo 9- 4.279/2023**

**De:** Thiago G. - SEMAD-LICIT

**Para:** PGM-ASSEJUR - Assessoria Jurídica

**Data:** 09/11/2023 às 09:49:11

Retorno processo para o setor jurídico, para novo parecer, devido à alterações no edital:

- Mudança no critério de julgamento: de menor preço por item para **menor preço por grupo**
- Mudança nas condições de participação: de exclusiva a ME/EPP/COOP para a **mpla concorrência**

—  
**Thiago Dadalto Gimenez**

Divisão de Licitação

**Anexos:**

EDITAL\_LANCHES\_E\_SALGADOS\_2\_.docx

EDITAL\_LANCHES\_E\_SALGADOS\_RETIFICADO\_2\_.pdf

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2023**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6326/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4279/2023**

## **LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA**

### **1. PREÂMBULO**

1.1. O Município de Ubatuba, pessoa jurídica de direito público, UASG 987933, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, torna pública a realização da Licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06, Lei Municipal nº 001/2012 e suas alterações, Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 e subsidiariamente às exigências do presente edital.

1.2. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, conforme datas e horários definidos abaixo:

1.2.1. **DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ATÉ ÀS 08H15MIN DO DIA XX DE NOVEMBRO DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.2.2. **DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: A PARTIR DAS 08H15MIN DO DIA XX DE NOVEMBRO DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.3. Este edital e o termo de referência foram elaborados dentro dos moldes fornecidos pela secretaria requisitante.

### **2. DO OBJETO**

2.1. A presente licitação visa à escolha da proposta mais vantajosa para o seguinte objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE LANCHES E SALGADOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

2.2. Havendo divergências entre as especificações dos itens deste edital com as constantes no Compras Governamentais, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2.3. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto à especificação do objeto.

2.3.1. Para fins de julgamento, as propostas e os lances deverão ser ofertados para cada item, devendo a licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo, sagrando-se vencedora a licitante que ofertar o menor preço o grupo, de acordo com o grupo definido no Termo de Referência.



2.4. A presente licitação, em único grupo, justifica-se visando a economia em escala e melhoria de gestão dos serviços, uma vez que podem ocorrer solicitações de mais de um tipo de lanches e salgados para um determinado evento, sendo assim seus custos operacionais são diluídos sem que seja prejudicada a uniformização dos serviços, sendo que a empresa terá expertise para escolha dos equipamentos, produtos e materiais necessários à prestação dos serviços com a qualidade que se requer.

### 3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

3.1. O valor máximo aceitável deste certame está fixado em R\$-133.610,00 (cento e trinta e três mil seiscentos e dez reais).

3.2. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que após a etapa de lances/negociação possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos estabelecidos pelo edital.

### 4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04
0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00
1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA	935	2.500,00

			COPA E CANTINA		
1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00
1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	939	2.500,00
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1602	2494	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00
0501	2530	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00
0605	2588	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1203	2648	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1401	2650	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS		2.500,00

			ALIMENTÍCIOS		
1801	2666	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.800,00
1802	2667	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2935	2.500,00
1501	13116	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00
1501	13195	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00
0605	13635	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00

**~~5. DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – MEI, MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E COOPERATIVAS – COOP, CONFORME LC Nº 123/06~~**

~~5.1. A presente licitação se destina à participação exclusiva de MEI/ME/EPP/COOP nos termos do art. 48, I da LC Nº 123/06, considerando que os valores dos itens de contratação são inferiores a R\$ 80.000,00. Ainda, conforme documentação anexada nos autos do processo comprova-se a existência de no mínimo três empresas competitivas enquadradas no regime de MEI/ME/EPP/COOP sediadas no Estado do Paraná, regionalização está definida pela Lei Municipal nº 01/2012 e suas alterações.~~

~~5.2. Os benefícios previstos no subitem anterior não excluem a possibilidade de regularização fiscal e trabalhista tardia prevista no art. 43 da LC nº 123/06.~~

**5. DA NÃO APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS DO ART. 48 DA LC Nº 123/06**

5.1. A presente licitação se destina à ampla concorrência, nos termos do art. 48, I da LC Nº 123/06, considerando que o valor do grupo de contratação é superior a R\$ 80.000,00.

5.2. A ampla concorrência na presente licitação não exclui os benefícios de regularização fiscal e trabalhista tardia e empate ficto expressos nos art. 43 e 44 da LC nº 123/06.

**6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou licitante poderá requisitar esclarecimentos ou impugnar este edital.

6.2. O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser realizado por forma eletrônica, através do e-mail [licitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:licitacao@ubirata.pr.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disposto no preâmbulo deste edital.

6.3. O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento ou à impugnação em até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, com base nos subsídios formais requisitados aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

6.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou impugnação será encaminhado via e-mail à requerente, divulgado no Compras Governamentais e disponibilizado no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos do presente pregão.

6.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.6. Os pedidos de esclarecimento ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

## **7. DO CREDENCIAMENTO**

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4. A Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

8.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SICAF.

8.1.1. As Licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

8.2. Não poderão participar da presente licitação:

8.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

8.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubatuba, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

8.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

8.2.4. Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

8.2.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

8.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

~~8.2.7. Empresas que não se enquadrarem no regime de MEI/ME/EPP/COOP.~~

8.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

8.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

~~8.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame;~~

8.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/06, mesmo que MEI/ME/EPP/COOP.

8.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

8.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

8.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

8.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a Licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

8.5. A declaração digital acima descrita substitui o envio de declaração assinada via sistema.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1. As Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, até as **ATÉ ÀS 08H15MIN DO DIA XX DE NOVEMBRO DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. Concomitantemente com a proposta, a Licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital.

9.3. As Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no cadastro.

9.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.5. As Licitantes qualificadas como MEI/ME/EPP/COOP deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06, sob pena de inabilitação.

9.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Até a abertura da sessão pública, as Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da Licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**



10.1. A Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.1.2. Valor unitário do item, com no máximo duas casas decimais;

10.1.3. Marca do produto cotado.

10.2. A Licitante poderá também encaminhar proposta nos termos do Anexo II do presente edital, em arquivo digital (pdf), dispensando, neste caso, o envio de proposta readequada ao último lance ofertado conforme estabelecido nos subitens 12.6 e 12.6.1 do presente edital.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta será de noventa dias, a contar da data de sua apresentação.

~~10.6. As Licitantes poderão cotar somente os itens que forem de seu interesse.~~

10.6. As Licitantes deverão apresentar proposta para **todos os itens** que pertençam ao grupo. Caso a licitante não encaminhe proposta para todos os itens do grupo, a proposta será desclassificada.

10.7. A proposta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.8. A apresentação da proposta implicará:

10.8.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este edital e seus anexos;

10.8.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais e, condições para execução dos serviços.

## 11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

11.1. A partir das **08H15MIN DO DIA XX DE NOVEMBRO DE 2023**, horário de Brasília - DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.



11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3. Cabe à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis, **apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento**, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

11.4.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a Licitante.

11.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

~~11.6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, devendo o lance ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM.~~

11.6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR GRUPO, de acordo com o grupo definido no Termo de Referência e conforme disposto nos itens 2.3.1 do presente edital.

A. As Licitantes deverão honrar o lance ofertado para a execução do quantitativo total do objeto, sob pena de aplicação das penalidades previstas em edital pelo não mantimento da proposta.

11.6.2. No caso de o lance da Licitante incidir em valor unitário com mais de duas casas após a vírgula, serão desconsiderados os demais valores, prevalecendo apenas duas casas decimais para fins de contratação.

A. Nesse caso, o valor arredondado será informado pelo pregoeiro no campo “valor negociado”.

11.7. As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

11.8. A Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$-0,01 (Um centavo).

11.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, em que as Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.12. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da Licitante.

11.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.15. Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às MEI/ME/EPP/COOP participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.16.1. Nessas condições, as propostas de MEI/ME/EPP/COOP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.16.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.16.3. Caso a MEI/ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.17. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta a Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.18.1. Nessa fase, a Licitante que tiver ofertado proposta ou lance superior ao máximo estabelecido pelo edital e não aceitar a negociação de preços será desclassificada para o item;

11.18.2. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a Licitante para que seja obtido preço melhor.

11.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de **duas horas** a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema Compras Governamentais, e deverá conter:

12.1.1. O número e a modalidade da presente licitação;

12.1.2. Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ da proponente;

12.1.3. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal;

12.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da Licitante vencedora, para fins de pagamento;

12.1.5. Conter a indicação do preposto da Licitante, apto a representá-la na execução do Contrato;

12.1.6. Conter os preços unitários e totais dos itens, com duas casas decimais, readequados ao último lance ofertado;

12.1.7. Conter marca do produto cotado.

12.1.8. A Licitante vencedora deverá encaminhar, caso necessário para complementar as informações constantes na proposta, catálogo, folder, tela de internet ou qualquer documento que comprove que o produto ofertado atende completamente à especificação exigida em edital.

12.2. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação da Licitante convocada ou por decisão do pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

12.3. O modelo de proposta consta no Anexo II do presente edital.

12.4. A Licitante que abandonar o certame deixando de enviar a proposta quando convocada será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.5. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.6. O envio da proposta final poderá ser dispensado caso a Licitante já tenha encaminhado proposta inicial, em arquivo digital (pdf), nos moldes do Anexo II do presente edital, sendo que, neste caso, o valor da proposta será automaticamente atualizado pelo lance final ofertado pela Licitante ou pelo valor negociado pelo pregoeiro, conforme registrado no Compras Governamentais.

12.6.1. A dispensa do envio da proposta final somente ocorrerá se o recurso financeiro da licitação não decorrer de transferência voluntária da União e será motivado pelo pregoeiro no chat, com fulcro nos princípios da celeridade e eficiência.

12.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.7.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra Licitante.

12.9. As propostas e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

### **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

13.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto ao estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

13.2. Serão desclassificadas as propostas:

13.2.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

13.2.2. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.2.3. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3.1. Considera-se inexequível a proposta que, não sendo possível aplicar o princípio da comparação objetiva das propostas, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.3.4. O pregoeiro poderá convocar a Licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.3.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela Licitante, antes de findo o prazo.

13.3.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço/bem/produto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.5. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.6. Nos itens não exclusivos para a participação de MEI/ME/EPP/COOP, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da Licitante, observado o disposto neste edital.

## **14. DA HABILITAÇÃO**

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. SICAF;

14.1.2. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

14.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

14.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

14.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificação de fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3.3. A Licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.4. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.



14.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das Licitantes será verificada, primeiramente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme documentação exigida para esta licitação.

14.6.1. A Licitante deverá anexar no sistema Compras Governamentais, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica e até a abertura da sessão pública, os documentos desatualizados ou não abrangidos pelo SICAF.

14.6.2. É dever de a Licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

14.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da Licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).

14.6.4. A Licitante detentora do menor preço qualificada como MEI/ME/EPP/COOP deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a Licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

14.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais e não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Para a habilitação da Licitante detentora da melhor oferta, será exigida a documentação relativa a:

**14.11.1. Habilitação Jurídica:**

A. Documento de identificação com foto e Cadastro de Pessoa Física do representante legal da empresa;



B. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

D. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

E. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

14.11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.11.3. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.11.4. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

14.11.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

14.11.6. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

**14.11.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

B. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

C. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante;

D. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;

E. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

F. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **14.11.8. Qualificação Técnica:**

A. Para a presente licitação será exigida qualificação técnica, para assinatura do contrato conforme item 18.2.3.

#### **14.11.9. Qualificação Econômico – Financeira.**

A. Não será exigida qualificação econômico-financeira para a presente licitação.

#### **14.11.9. Documentação Complementar.**

A. Declaração Unificada (Anexo III)

14.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.16. Será inabilitada a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos junto à proposta eletrônica, através do SICAF ou quando convocada, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

14.17. Nos itens não exclusivos a MEI/ME/EPP/COOP, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

### **15. DOS RECURSOS**

15.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, o pregoeiro verificará a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso será avaliado pelo pregoeiro tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

15.2.3. A falta de manifestação motivada da Licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

## **16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todas as Licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da Licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

17.1. O objeto da licitação será adjudicado a Licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Ata de Registro de Preços.

18.2. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município para a assinatura a Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, para que seja assinada e devolvida pela adjudicatária no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo para assinatura ou devolução da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.

18.2.3. No caso de a adjudicatária comparecer no município para assinatura, a mesma deverá apresentar, no ato da assinatura, as seguintes comprovações:

A. Alvará da Vigilância Sanitária

18.2.4. No caso da Ata de Registro de Preços ser encaminhada à adjudicatária via correio ou e-mail, a mesma deverá, mediante convocação do município, apresentar as comprovações previstas no subitem anterior.

18.3. Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar a comprovação exigida e/ou não assinar a Ata de Registro de Preços, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora, conforme disposto no art. 4º, incisos XVI e XXIII da Lei 10.520/02.

18.4. A existência de preços registrados não obriga o município a firmar contratações que deles possam advir.

18.5. Para a contratação do objeto do presente registro de preços, o município se reserva ao direito de considerar as notas de empenho, autorizações de compras ou ordens de execução de serviços como instrumento de contrato, de acordo com o previsto no art. 62, caput da Lei nº 8.666/93.

18.6. A Ata de Registro de Preços vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

### 19.1. Sujeitam-se as Licitantes as seguintes penalidades:

19.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicado à penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Ensejar o retardamento na execução do objeto do certame;
- B - Fizer declaração falsa;
- C - Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;
- D - Omitir o real enquadramento da empresa;
- E - Realizar conluio, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.1.1.1. Considera-se o retardamento na execução do objeto do certame previsto na alínea “A”, qualquer ação ou omissão da licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura da Ata de Registro de Preços ou aceite o instrumento equivalente.

19.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Não manter proposta e/ou deixar de encaminhar proposta readequada quando convocada;
- B - Recusar-se injustificadamente em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ou não atender os requisitos exigidos para qualificação técnica, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

19.1.2.1. Considera-se o não mantimento da proposta previsto na alínea “A”, a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigido, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

19.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:

- A - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.

19.2. Concomitante às penalidades previstas, se sujeita à Licitante ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02

19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estarão previstas no Termo de Referência e na Minuta da Ata de Registro de Preços.

## **20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

20.1. Fica garantido ao Município de Ubatuba o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

20.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

20.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

20.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

20.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e o Município de Ubatuba não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2. Município de Ubatuba não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas por meio de terceiros.

21.3. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

21.5. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.6. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:



21.6.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

21.6.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.7. É facultado ao (à) pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9. Todos os documentos que se exige cópia autêntica poderão ser autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

21.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.13. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.17. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.18. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.18.1. Anexo I - Termo de Referência;

21.18.2. Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;



21.18.3. Anexo III – Declaração Unificada;

21.18.4. Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Ubatuba, Paraná, 08 de novembro de 2023.

**FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**  
Prefeito

MINUTA

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6326/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4279/2023**

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, se destina à **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE LANCHES E SALGADOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

### 2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa para preparação de lanches e salgados que serão fornecidos em eventos, palestras, reuniões, conferências, formações e cursos ofertados pelas secretarias, com uma particularidade na Secretaria de Esportes, que deverá ofertar 6 atletas das categorias de base e ou adulto em competições na defesa da honra do Município, em viagens para fora do município de forma a colaborar com a manutenção e condição do atleta.

### 3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Visa-se a contratação do objeto na seguinte especificação, quantidade máxima estimada e valores unitários e totais máximos:

<b>GRUPO 1</b>					
Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	Beijinho, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, coco ralado desidratado sem açúcar, empanado com coco ralado /ou leite em pó integral, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 462667	20	UN.	96,65	1.933,00
2	Brigadeiro de chocolate preto, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, chocolate em pó 50% cacau, empanado com chocolate granulado /ou chocolate quadriculado, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada	20	UN.	96,65	1.933,00

	caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 445039.				
3	Mini Pão de queijo assado, ingredientes: Polvilho azedo, leite, sal, água, óleo, ovos, mussarela ralada. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, embalagem descartável com tampa contendo 1 kg e com 15 gramas a unidade. Código compras governamentais 460493	200	UN.	42,98	8.596,00
4	Bolo caseiro, sabor: Cenoura. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.465635	150	UN.	32,13	4.819,50
5	Bolo caseiro, sabor: Fubá. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.476817	150	UN.	31,07	4.660,50
6	Bolo caseiro, sabor: Chocolate. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.465633	150	UN.	31,45	4.717,50
7	Bolo caseiro, sabor: Laranja. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.456657	150	UN.	30,95	4.642,50
8	Mini Empada assada e recheada, frango catupiry, ou palmito com creme. Farinha de trigo enriquecida de ferro e ácido fólico, gordura hidrogenada, água, tomate, azeitona verde, gema de ovo, cebola, óleo de soja, sal, caldo de galinha e leite integral. Contendo 30g a unidade. Embalados em caixa com tampa, contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 270025	100	UN.	217,04	21.704,00
9	Mini Esfirra fechada. Massa: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, fermento, ovos, leite e gordura vegetal. Recheio de carne: carne moída (patinho ou coxão mole sem gordura) temperada com limão, sal, pimenta do reino, alho, cebola e tomate. Recheio de pizza: Queijo mussarela ralado, apresuntado ralado, orégano e tomate. Sabor frango: Frango cozido, desfiado, refogado com alho, cebola, tomate, sal, catupiry ou requeijão cremoso, 20 gr a unidade, Embalados em caixa descartável com tampa, contendo 100 unidades cada caixa, preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer sujidade. CATMAT. 460593	100	UN.	182,83	18.283,00

10	Lanche pão francês contendo (pão francês com 2 fatias de presunto, 2 fatias de queijo tipo mussarela). compras governamentais 363092	2500	UN.	9,05	22.625,00
11	Salgados diversos fritos: risóles de carne, risóles de frango, travesseiro de pizza, croquete de calabresa apimentado, coxinha de frango, coxinha de carne, pastel de vento com carne, bolinha de queijo e quibe. Fritos em horário adequado para ser servido, peso médio de 14 à 16 gr a unidade, utilizar para a fritura óleo limpo sem cheiro ou sabor rançoso, salgados de cor clara sem farinha de rosca queimada (típico de óleo saturado). Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, Embalagem descartável com tampa contendo 100 unidades. Código compras governamentais 461970	400	UN.	71,70	28.680,00
12	Néctar de fruta, produto proveniente de matéria-prima sã, extraído de frutas in natura, isentas de sujidade e parasitas. Acondicionado em embalagem aluminizada interiormente com tampa de rosquear com lacre. Contendo 01 Litro, rótulo com a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Sabores: laranja, maracujá, pêssego e uva. Isento de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao suco. CATMAT 334296	400	UN.	13,30	5.320,00
13	Refrigerante 2 litros tipo coca ou guaraná. Embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade. CATMAT 344694	400	FR	14,24	5.696,00
<b>Valor total do grupo: R\$-133.610,00</b>					

#### 4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### 5. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O objeto desta licitação será entregue parceladamente de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A execução dos serviços compreende o fornecimento de alimentos e bebidas no local do evento, e demais atividades necessárias à sua boa execução.

6.1.2. Os materiais deverão ser entregues no local indicado na ordem de fornecimento.

6.1.4. Os alimentos deverão ser preparados utilizando-se matéria-prima e insumos de boa qualidade.

6.2. As bebidas deverão estar na temperatura adequada ao consumo no horário de lanche, sendo que a contratada deverá acondicioná-las corretamente.

6.2.1. Eventualmente, o serviço deverá ser prestado fora do horário comercial.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. A Contratada deve estar preparada para, eventualmente, atender a mais de 01 evento simultaneamente e em locais diferentes.

6.6. Os alimentos prontos, como bolos, salgados e doces, deverão ser entregues em embalagens próprias, adequadas ao tamanho de cada encomenda, embalado corretamente, não podendo haver nenhum tipo de fissuras nas embalagens, sendo ainda, dispostos em embalagens descartáveis, que não poderão ser reutilizadas pela contratada.

6.7. A organização dos alimentos e bebidas no local do evento deverá ser providenciada pela Contratada com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto na Ordem de Serviço.

6.8. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato Alvará da Vigilância Sanitária.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A empresa é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da empresa, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Os direitos e responsabilidades das partes são os dispostos na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços.

## 9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. A empresa deverá, quando do faturamento do objeto contratado, observar o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e no Decreto Municipal nº 87/2023, para emissão dos documentos fiscais, inclusive quanto ao correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

9.4. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04

0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00
1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	935	2.500,00
1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00
1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	939	2.500,00
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1602	2494	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00



0501	2530	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00
0605	2588	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1203	2648	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1401	2650	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1801	2666	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.800,00
1802	2667	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2935	2.500,00
1501	13116	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00
1501	13195	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00
0605	13635	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00

## 10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

### 10.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Claudinei Edson Dalla Corte

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

Proc. Administrativo 4279/2023 | Anexo EDITAL 35-2023 E\_SALGADOS\_RETIFICADO\_2\_.pdf (30/46)

[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

173/282

30

- Gabinete do Prefeito: Geraldo José dos Santos
- Secretaria de Educação: Elcia Godinho de Moraes
- Secretaria da Assistência Social: Claudineia de Sousa Lazaretti
- Secretaria da Saúde: Lilian Welz
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Neusa de Angeli Dalvi
- Secretaria de Esportes: Rafael de Melo Bartz
- Secretaria de Serviços Urbanos: Ronaldo Felipe Maciel
- Secretaria de Agricultura: Thiago Munhoz D' Alecio
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Luiz Antonio Marafon
- Secretário de Obras: Guilherme Santa Rosa

10.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Lucimara Andrade Machado
- Gabinete do Prefeito: Francielly Trevillin Luiz do Amaral
- Secretaria de Educação: Paloma Fabiana de Souza Santos
- Secretaria da Assistência Social: Jean Carlos Bonissoni
- Secretaria da Saúde: Roselena Vieira
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Cintia Candida Paim
- Secretaria de Esportes: Julio Cesar Menigite
- Secretaria de Agricultura: Juliana Felizari Gnoatto
- Secretaria de Serviços Urbanos: Adriana Candida Sluzovski
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Helena Peteck
- Secretaria de Obras: Vitor Hugo Tiburcio de Almeida

10.2.1 E na sua ausência, ficará a cargo dos servidores:

- Secretaria de Administração: Viviane Cristina Ciciliato Retamero
- Gabinete do Prefeito: Maria Eduarda Pio
- Secretaria de Educação: Andressa Fernanda Tomaz de Lima
- Secretaria da Assistência Social: Ellen Thais da Silva
- Secretaria da Saúde: Gessica karoline dos santos Rocatelli
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Reynaldo Borges Reis Neto
- Secretaria de Esportes: Maikon Cesar da Rocha Hoshi
- Secretaria de Agricultura: Danielle Penido da Silva
- Secretaria de Serviços Urbanos: Karla Tatiane Macario de Oliveira dos Santos
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Odílio Carmargo Alves
- Secretaria de Obras: Acacia Regia Amaral Wanderlind

10.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

10.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

10.5. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 223/2023 e Portaria 290/2023.

## **11. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO**

11.1. As penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas serão as dispostas na Cláusula Décima Terceira da Minuta da Ata de Registro de Preços.

MINUTA

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA**

NOME DA LICITANTE  
Nº DO CNPJ  
Endereço, Cidade e Estado.  
Nº do Telefone.  
Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Eletrônico nº 173/2023.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

- 1.1. O valor global para a execução do objeto é de R\$-(valor por extenso).
- 1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.
- 1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Fornecedora para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Relação de itens cotados:

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal  
CPF e RG

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2023**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

- A. Ter pleno conhecimento bem como atender a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame;
- B. Inexistir fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da lei e que não está suspensa de licitar e contratar com o Município de Ubatuba, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- C. Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- D. Que não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubatuba ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº

## ANEXO IV

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_ e e-mail \_\_\_\_\_, doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 6326/2023, Pregão Eletrônico n.º 173/2023 e de acordo com as cláusulas a seguir:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE LANCHES E SALGADOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-(.).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O objeto desta licitação será entregue parceladamente de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A execução dos serviços compreende o fornecimento de alimentos e bebidas no local do evento, e demais atividades necessárias à sua boa execução.

6.1.2. Os materiais deverão ser entregues no local indicado na ordem de fornecimento.

6.1.4. Os alimentos deverão ser preparados utilizando-se matéria-prima e insumos de boa qualidade.

6.2. As bebidas deverão estar na temperatura adequada ao consumo no horário de lanche, sendo que a contratada deverá acondicioná-las corretamente.

6.2.1. Eventualmente, o serviço deverá ser prestado fora do horário comercial.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. A Contratada deve estar preparada para, eventualmente, atender a mais de 01 evento simultaneamente e em locais diferentes.

6.6. Os alimentos prontos, como bolos, salgados e doces, deverão ser entregues em embalagens próprias, adequadas ao tamanho de cada encomenda, embalado corretamente, não podendo haver nenhum tipo de fissuras nas embalagens, sendo ainda, dispostos em embalagens descartáveis, que não poderão ser reutilizadas pela contratada.

6.7. A organização dos alimentos e bebidas no local do evento deverá ser providenciada pela Contratada com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto na Ordem de Serviço.

6.8. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato Alvará da Vigilância Sanitária.

## **7. CLAÚSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas na presente Ata de Registro de Preços.



7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A fornecedora é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da empresa, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que porventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas na presente Ata de Registro de Preços.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **8.1. São direitos do MUNICÍPIO:**

- 8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;
- 8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;
- 8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### **8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:**

- 8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;
- 8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;
- 8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;
- 8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;
- 8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### **8.3. São obrigações da FORNECEDORA:**

- 8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela FORNECEDORA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. A FORNECEDORA deverá, quando do faturamento do objeto contratado, observar o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e no Decreto Municipal nº 87/2023, para emissão dos documentos fiscais, inclusive quanto ao correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

9.4. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04
0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00
1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	935	2.500,00
1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00

1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	939	2.500,00
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1602	2494	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00
0501	2530	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00
0605	2588	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1203	2648	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1401	2650	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00

1801	2666	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.800,00
1802	2667	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2935	2.500,00
1501	13116	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00
1501	13195	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00
0605	13635	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento

fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Claudinei Edson Dalla Corte
- Gabinete do Prefeito: Geraldo José dos Santos
- Secretaria de Educação: Elcia Godinho de Moraes
- Secretaria da Assistência Social: Claudineia de Sousa Lazaretti
- Secretaria da Saúde: Lilian Welz
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Marcos da Silva Retamero
- Secretaria de Esportes: Rafael de Melo Bartz
- Secretaria de Serviços Urbanos: Ronaldo Felipe Maciel
- Secretaria de Agricultura: Thiago Munhoz D' Alecio
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Luiz Antonio Marafon
- Secretário de Obras: Guilherme Santa Rosa

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Lucimara Andrade Machado
- Gabinete do Prefeito: Francielly Trevillin Luiz do Amaral
- Secretaria de Educação: Paloma Fabiana de Souza Santos
- Secretaria da Assistência Social: Jean Carlos Bonissoni
- Secretaria da Saúde: Roselena Vieira
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Cintia Candida Paim
- Secretaria de Esportes: Julio Cesar Menigite
- Secretaria de Agricultura: Juliana Felizari Gnoatto
- Secretaria de Serviços Urbanos: Adriana Candida Sluzovski



- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Helena Peteck
- Secretaria de Obras: Vitor Hugo Tiburcio de Almeida

12.2.1 E na sua ausência, ficará a cargo dos servidores:

- Secretaria de Administração: Viviane Cristina Ciciliato Retamero
- Gabinete do Prefeito: Maria Eduarda Pio
- Secretaria de Educação: Andressa Fernanda Tomaz de Lima
- Secretaria da Assistência Social: Ellen Thais da Silva
- Secretaria da Saúde: Gessica karoline dos santos Rocatelli
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Reynaldo Borges Reis Neto
- Secretaria de Esportes: Maikon Cesar da Rocha Hoshi
- Secretaria de Agricultura: Danielle Penido da Silva
- Secretaria de Serviços Urbanos: Karla Tatiane Macario de Oliveira dos Santos
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Odílio Carmargo Alves
- Secretaria de Obras: Acacia Regia Amaral Wanderlind

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 233/2023.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:



13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubiratã pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubiratã ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, XX de XXXXXX de 2023.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
FORNECEDORA

## Proc. Administrativo 10- 4.279/2023

**De:** Bruna M. - PGM-ASSEJUR

**Para:** SEMAD-DCOM - Divisão de Compras

**Data:** 14/11/2023 às 09:29:02

**Setores envolvidos:**

GP, PGM-ASSEJUR, SEMAD, SEMAD-DCOM, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT, CGM-AL

### REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO N 422.2023 - Aquisição de lanches e salgados para eventos destinados as secretarias municipais de Ubatuba .

Segue parecer jurídico.

Att

—

**Bruna Correa Malheiro**  
*Advogada Pública*

**Anexos:**

PJ\_422.pdf

## PARECER JURÍDICO

Ao Departamento de Licitações

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO

**REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO** N° 422/2023

**OBJETO:** Aquisição parcelada, por meio de registro de preço, de lanches e salgados destinados as secretarias municipais.

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, na qual requer análise jurídica da legalidade do Processo de Licitação em epígrafe, bem como a análise da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico, cujo objetivo é a aquisição parcelada, por meio de registro de preço, de lanches e salgados destinados as secretarias municipais.

Foram apresentados ao processo cópia do ato de Requisição de Licitação, bem como minuta do instrumento convocatório para tal desiderato, instruído de edital de licitação, termo de referência, modelo de proposta de preços, bem como, modelo de declarações exigidas em lei e requeridas no Edital, declaração de habilitação e declaração de cumprimento dos requisitos legais e minuta do contrato.

A justificativa apresentada pela Secretaria para contratação pleiteada encontra-se acostada junto ao requerimento de licitação.

É o breve relatório. Passo a opinar.

Desde logo, cumpre destacar que a essa Assessoria Jurídica não cabe analisar o mérito da contratação, o qual pertence exclusivamente aos ordenadores de despesas. Entretanto, incumbe a este profissional verificar o cumprimento das normas e princípios que regem a atividade da Administração Pública e, especialmente, avaliar as minutas de edital de licitação e do respectivo contrato, na forma do artigo 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, quanto aos **aspectos jurídicos envolvidos**, alertando os gestores quanto aos possíveis riscos de suas condutas.

Isso compreendido, passemos ao exame.

Consta dos autos a indicação da fonte de recursos para atender a despesa, o que atende a exigência do art. 7º §2º, inc. III, da Lei Federal nº 8.666/93, haja vista haver informação suficiente de que existe disponibilidade para cobrir a despesa.

Rememore-se, ainda, que o procedimento em questão apresenta formulário de dotação orçamentária, evidenciando a existência de previsão desta despesa ao especificar o valor, projeto, elemento de despesa, fonte de recursos e o plano interno.

Nesse sentido, o formulário cumpre com os requisitos legais exigidos pela Lei nº 8.666/93.

Nesta esteira, cabe analisar a modalidade licitatória, apontando-se que é admitida e indicada a realização de pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (art. 1º, parágrafo único, Lei nº 10.520/2002).

Conforme Marçal Justen Filho:

[...] há casos em que a Administração necessita de bens que estão disponíveis no mercado, configurados em termos mais ou menos variáveis. São hipóteses em que é público o domínio das técnicas para a produção do objeto e seu fornecimento ao adquirente (inclusive à Administração), de tal modo que não existe dificuldade em localizar um universo de fornecedores em condições de satisfazer plenamente o interesse público. Em outros casos, o objeto deverá ser produzido sob encomenda ou adequado às configurações de um caso concreto. (g. n.)

O pregão eletrônico é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.

Cumpre salientar que papel do órgão jurídico é o de verificar o preenchimento dos pressupostos legais, decorrentes da interpretação das normas pela doutrina e jurisprudência. Nesta seara, consta do processo a indicação para a realização do pregão eletrônico.

Restou acostado ainda a minuta do edital de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o critério menor preço por grupo.

Quanto ao exame da regularidade do procedimento de licitação, no que diz respeito à sua fase interna, foram observadas as exigências do art. 3º, I, da Lei 10.520/02, bem como, o ato administrativo segue as diretrizes do art. 50, da Lei n.º 9.784/99.

Quanto à minuta do edital apresentada, essa contém as cláusulas obrigatórias exigidas pelo art. 40 da Lei Federal n.º 8.666/93 sendo que as exigências de qualificação são aquelas previstas expressamente nos arts. 27 a 31 da Lei Federal n.º 8.666/93.

O critério menor preço por grupo, admissível na modalidade pregão eletrônico, é adequado, considerando que não foram observadas características especiais que demandariam a análise da melhor técnica nas propostas a serem apresentadas.

No que diz respeito à especificação do objeto da licitação, trata-se de matéria que se insere no âmbito da discricionariedade técnica, devendo a autoridade competente assumir as responsabilidades daí decorrentes, tanto no que diz respeito à sua qualificação como “serviço comum”, quanto atentando para que sejam mantidas no edital apenas as exigências que, rigorosamente, sejam indispensáveis, sob pena de se frustrar a competitividade da licitação, com violação do art. 3º, §1º, inc. I da Lei Federal n.º 8.666/93.

Cabe advertir que a descrição do objeto, como preconiza o mesmo art. 3º, em seu inciso II, deve ser precisa, suficiente e clara, destacando-se que devem ser evitadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias (art. 3º, II), primando-se por certa padronização nos descritivos dos itens, de modo que sua definição seja interpretada de forma inequívoca pelos participantes do processo licitatório.

Convém salientar que a análise da adequação desta descrição escapa à matéria de conhecimento do profissional da área jurídica, a quem cabe apontar à autoridade solicitante quais as cautelas recomendáveis para garantir a higidez do certame, com o



cumprimento das normas aplicáveis, no entanto, aparentemente, não existem defeitos grosseiros, capazes de ser constatados por este profissional.

No demais, em virtude da aparente regularidade da fase preparatória, sopesando-se o princípio da boa-fé, da presunção de legitimidade dos atos administrativos e limitando-se à análise dos elementos devidamente expostos nos autos, entende-se que o procedimento e a modalidade são adequados.

Do exposto, opino pela aprovação da minuta do edital de licitação, na modalidade pregão eletrônico, sob o critério menor preço por grupo.

Por todo o exposto, entende esta Assessoria Jurídica que, o procedimento encontra-se de acordo com a Lei Federal n. º 8.666/93, razões pela qual, diante das justificativas, opino pela sequência do procedimento na modalidade Pregão, na forma Eletrônica.

É o parecer.

Ubiratã, 14 de novembro de 2023.

***Bruna Correa Malheiro***

***Advogada Pública***

***OAB/PR 88.976***



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DB46-FC0B-0C40-F477

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BRUNA CORREA MALHEIRO (CPF 063.XXX.XXX-23) em 14/11/2023 09:29:27 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/DB46-FC0B-0C40-F477>

**Proc. Administrativo 11- 4.279/2023**

**De:** Thiago G. - SEMAD-LICIT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 14/11/2023 às 14:48:21

—  
**Thiago Dadalto Gimenez**  
Divisão de Licitação

**Proc. Administrativo 12- 4.279/2023**

**De:** Thiago G. - SEMAD-LICIT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 14/11/2023 às 14:48:56

Edital assinado. Segue para publicações

—

**Thiago Dadalto Gimenez**

Divisão de Licitação

**Anexos:**

EDITAL\_LANCHES\_E\_SALGADOS\_RETIFICADO.docx

EDITAL\_LANCHES\_E\_SALGADOS\_RETIFICADO.pdf

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6326/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4279/2023**

## **LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA**

### **1. PREÂMBULO**

1.1. O Município de Ubatuba, pessoa jurídica de direito público, UASG 987933, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, torna pública a realização da Licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06, Lei Municipal nº 001/2012 e suas alterações, Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 e subsidiariamente às exigências do presente edital.

1.2. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, conforme datas e horários definidos abaixo:

**1.2.1. DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ATÉ ÀS 08H15MIN DO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal.

**1.2.2. DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: A PARTIR DAS 08H15MIN DO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.3. Este edital e o termo de referência foram elaborados dentro dos moldes fornecidos pela secretaria requisitante.

### **2. DO OBJETO**

2.1. A presente licitação visa à escolha da proposta mais vantajosa para o seguinte objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE LANCHES E SALGADOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

2.2. Havendo divergências entre as especificações dos itens deste edital com as constantes no Compras Governamentais, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2.3. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto à especificação do objeto.

**2.3.1. Para fins de julgamento, as propostas e os lances deverão ser ofertados para cada item, devendo a licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo, sagrando-se vencedora a licitante que ofertar o menor preço o grupo, de acordo com o grupo definido no Termo de Referência.**

2.4. A presente licitação, em único grupo, justifica-se visando a economia em escala e melhoria de gestão dos serviços, uma vez que podem ocorrer solicitações de mais de um tipo de lanches e salgados para um determinado evento, sendo assim seus custos operacionais são diluídos sem que seja prejudicada a uniformização dos serviços, sendo que a empresa terá expertise para escolha dos equipamentos, produtos e materiais necessários à prestação dos serviços com a qualidade que se requer.

### 3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

3.1. O valor máximo aceitável deste certame está fixado em R\$-133.610,00 (cento e trinta e três mil seiscentos e dez reais).

3.2. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que após a etapa de lances/negociação possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos estabelecidos pelo edital.

### 4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04
0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00

1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	935	2.500,00
1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00
1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	939	2.500,00
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1602	2494	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00
0501	2530	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00
0605	2588	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1203	2648	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS		2.500,00



			ALIMENTÍCIOS		
1401	2650	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1801	2666	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.800,00
1802	2667	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2935	2.500,00
1501	13116	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00
1501	13195	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00
0605	13635	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00

## **~~5. DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – MEI, MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E COOPERATIVAS – COOP, CONFORME LC Nº 123/06~~**

~~5.1. A presente licitação se destina à participação exclusiva de MEI/ME/EPP/COOP nos termos do art. 48, I da LC Nº 123/06, considerando que os valores dos itens de contratação são inferiores a R\$ 80.000,00. Ainda, conforme documentação anexada nos autos do processo comprova-se a existência de no mínimo três empresas competitivas enquadradas no regime de MEI/ME/EPP/COOP sediadas no Estado do Paraná, regionalização está definida pela Lei Municipal nº 01/2012 e suas alterações.~~

~~5.2. Os benefícios previstos no subitem anterior não excluem a possibilidade de regularização fiscal e trabalhista tardia prevista no art. 43 da LC nº 123/06.~~

## **5. DA NÃO APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS DO ART. 48 DA LC Nº 123/06**

5.1. A presente licitação se destina à ampla concorrência, nos termos do art. 48, I da LC Nº 123/06, considerando que o valor do grupo de contratação é superior a R\$-80.000,00.

5.2. A ampla concorrência na presente licitação não exclui os benefícios de regularização fiscal e trabalhista tardia e empate ficto expressos nos art. 43 e 44 da LC nº 123/06.

## **6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou licitante poderá requisitar esclarecimentos ou impugnar este edital.

6.2. O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser realizado por forma eletrônica, através do e-mail [licitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:licitacao@ubirata.pr.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disposto no preâmbulo deste edital.

6.3. O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento ou à impugnação em até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, com base nos subsídios formais requisitados aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

6.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou impugnação será encaminhado via e-mail à requerente, divulgado no Compras Governamentais e disponibilizado no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos do presente pregão.

6.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.6. Os pedidos de esclarecimento ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

## **7. DO CREDENCIAMENTO**

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4. A Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

8.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SICAF.

8.1.1. As Licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

8.2. Não poderão participar da presente licitação:

8.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

8.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubatuba, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

8.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

8.2.4. Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

8.2.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

8.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

~~8.2.7. Empresas que não se enquadrarem no regime de MEI/ME/EPP/COOP.~~

8.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

8.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

~~8.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame;~~

8.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/06, mesmo que MEI/ME/EPP/COOP.

8.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

8.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

8.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

8.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a Licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

8.5. A declaração digital acima descrita substitui o envio de declaração assinada via sistema.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1. As Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, até as **ATÉ ÀS 08H15MIN DO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. Concomitantemente com a proposta, a Licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital.

9.3. As Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no cadastro.

9.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.5. As Licitantes qualificadas como MEI/ME/EPP/COOP deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06, sob pena de inabilitação.

9.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Até a abertura da sessão pública, as Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da Licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. A Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.1.2. Valor unitário do item, com no máximo duas casas decimais;

10.1.3. Marca do produto cotado.

10.2. A Licitante poderá também encaminhar proposta nos termos do Anexo II do presente edital, em arquivo digital (pdf), dispensando, neste caso, o envio de proposta readequada ao último lance ofertado conforme estabelecido nos subitens 12.6 e 12.6.1 do presente edital.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta será de noventa dias, a contar da data de sua apresentação.

~~10.6. As Licitantes poderão cotar somente os itens que forem de seu interesse.~~

10.6. As Licitantes deverão apresentar proposta para **todos os itens** que pertençam ao grupo. Caso a licitante não encaminhe proposta para todos os itens do grupo, a proposta será desclassificada.

10.7. A proposta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.8. A apresentação da proposta implicará:

10.8.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este edital e seus anexos;

10.8.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais e, condições para execução dos serviços.

## **11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

11.1. A partir das **08H15MIN DO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2023**, horário de Brasília - DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3. Cabe à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis, **apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento**, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

11.4.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a Licitante.

11.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

~~11.6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, devendo o lance ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM.~~

**11.6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR GRUPO, de acordo com o grupo definido no Termo de Referência e conforme disposto nos itens 2.3.1 do presente edital.**

A. As Licitantes deverão honrar o lance ofertado para a execução do quantitativo total do objeto, sob pena de aplicação das penalidades previstas em edital pelo não mantimento da proposta.

11.6.2. No caso de o lance da Licitante incidir em valor unitário com mais de duas casas após a vírgula, serão desconsiderados os demais valores, prevalecendo apenas duas casas decimais para fins de contratação.

A. Nesse caso, o valor arredondado será informado pelo pregoeiro no campo “valor negociado”.

11.7. As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

11.8. A Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$-0,01 (Um centavo).

11.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, em que as Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.12. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da Licitante.

11.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.15. Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às MEI/ME/EPP/COOP participantes, procedendo à comparação



com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.16.1. Nessas condições, as propostas de MEI/ME/EPP/COOP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.16.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.16.3. Caso a MEI/ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.17. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta a Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.18.1. Nessa fase, a Licitante que tiver ofertado proposta ou lance superior ao máximo estabelecido pelo edital e não aceitar a negociação de preços será desclassificada para o item;

11.18.2. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a Licitante para que seja obtido preço melhor.

11.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de **duas horas** a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema Compras Governamentais, e deverá conter:

12.1.1. O número e a modalidade da presente licitação;

12.1.2. Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ da proponente;

- 12.1.3. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal;
- 12.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da Licitante vencedora, para fins de pagamento;
- 12.1.5. Conter a indicação do preposto da Licitante, apto a representá-la na execução do Contrato;
- 12.1.6. Conter os preços unitários e totais dos itens, com duas casas decimais, readequados ao último lance ofertado;
- 12.1.7. Conter marca do produto cotado.
- 12.1.8. A Licitante vencedora deverá encaminhar, caso necessário para complementar as informações constantes na proposta, catálogo, folder, tela de internet ou qualquer documento que comprove que o produto ofertado atende completamente à especificação exigida em edital.
- 12.2. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação da Licitante convocada ou por decisão do pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.
- 12.3. O modelo de proposta consta no Anexo II do presente edital.
- 12.4. A Licitante que abandonar o certame deixando de enviar a proposta quando convocada será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.
- 12.5. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 12.6. O envio da proposta final poderá ser dispensado caso a Licitante já tenha encaminhado proposta inicial, em arquivo digital (pdf), nos moldes do Anexo II do presente edital, sendo que, neste caso, o valor da proposta será automaticamente atualizado pelo lance final ofertado pela Licitante ou pelo valor negociado pelo pregoeiro, conforme registrado no Compras Governamentais.
- 12.6.1. A dispensa do envio da proposta final somente ocorrerá se o recurso financeiro da licitação não decorrer de transferência voluntária da União e será motivado pelo pregoeiro no chat, com fulcro nos princípios da celeridade e eficiência.
- 12.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 12.7.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 12.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra Licitante.

12.9. As propostas e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

### **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

13.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto ao estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

13.2. Serão desclassificadas as propostas:

13.2.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

13.2.2. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.2.3. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3.1. Considera-se inexequível a proposta que, não sendo possível aplicar o princípio da comparação objetiva das propostas, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.3.4. O pregoeiro poderá convocar a Licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.3.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela Licitante, antes de findo o prazo.

13.3.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço/bem/produto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e

prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.5. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.6. Nos itens não exclusivos para a participação de MEI/ME/EPP/COOP, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da Licitante, observado o disposto neste edital.

#### **14. DA HABILITAÇÃO**

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. SICAF;

14.1.2. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

14.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

14.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

14.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 14.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificação de fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 14.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 14.3.3. A Licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 14.4. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.
- 14.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 14.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das Licitantes será verificada, primeiramente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme documentação exigida para esta licitação.
- 14.6.1. A Licitante deverá anexar no sistema Compras Governamentais, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica e até a abertura da sessão pública, os documentos desatualizados ou não abrangidos pelo SICAF.
- 14.6.2. É dever de a Licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.
- 14.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da Licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).
- 14.6.4. A Licitante detentora do menor preço qualificada como MEI/ME/EPP/COOP deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 14.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a Licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.
- 14.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais e não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Para a habilitação da Licitante detentora da melhor oferta, será exigida a documentação relativa a:

**14.11.1. Habilitação Jurídica:**

A. Documento de identificação com foto e Cadastro de Pessoa Física do representante legal da empresa;

B. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

D. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

E. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

14.11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.11.3. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.11.4. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

14.11.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

14.11.6. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

**14.11.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

B. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria

Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

C. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante;

D. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;

E. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

F. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **14.11.8. Qualificação Técnica:**

A. Para a presente licitação será exigida qualificação técnica para assinatura do contrato conforme item 18.2.3.

#### **14.11.9. Qualificação Econômico – Financeira.**

A. Não será exigida qualificação econômico-financeira para a presente licitação.

#### **14.11.9. Documentação Complementar.**

A. Declaração Unificada (Anexo III)

14.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.16. Será inabilitada a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos junto à proposta eletrônica, através do SICAF ou quando convocada, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.



14.17. Nos itens não exclusivos a MEI/ME/EPP/COOP, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

## **15. DOS RECURSOS**

15.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, o pregoeiro verificará a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso será avaliado pelo pregoeiro tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

15.2.3. A falta de manifestação motivada da Licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

## **16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas

hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todas as Licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da Licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

17.1. O objeto da licitação será adjudicado a Licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Ata de Registro de Preços.

18.2. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município para a assinatura a Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, para que seja assinada e devolvida pela adjudicatária no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo para assinatura ou devolução da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.

18.2.3. No caso de a adjudicatária comparecer no município para assinatura, a mesma deverá apresentar, no ato da assinatura, as seguintes comprovações:

A. Alvará da Vigilância Sanitária

18.2.4. No caso da Ata de Registro de Preços ser encaminhada à adjudicatária via correio ou e-mail, a mesma deverá, mediante convocação do município, apresentar as comprovações previstas no subitem anterior.

18.3. Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar a comprovação exigida e/ou não assinar a Ata de Registro de Preços, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a

apuração de uma que atenda o edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora, conforme disposto no art. 4º, incisos XVI e XXIII da Lei 10.520/02.

18.4. A existência de preços registrados não obriga o município a firmar contratações que deles possam advir.

18.5. Para a contratação do objeto do presente registro de preços, o município se reserva ao direito de considerar as notas de empenho, autorizações de compras ou ordens de execução de serviços como instrumento de contrato, de acordo com o previsto no art. 62, caput da Lei nº 8.666/93.

18.6. A Ata de Registro de Preços vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Sujeitam-se as Licitantes as seguintes penalidades:

19.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicado à penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubatuba por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Ensejar o retardamento na execução do objeto do certame;
- B - Fizer declaração falsa;
- C - Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;
- D - Omitir o real enquadramento da empresa;
- E - Realizar conluio, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.1.1.1. Considera-se o retardamento na execução do objeto do certame previsto na alínea “A”, qualquer ação ou omissão da licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura da Ata de Registro de Preços ou aceite o instrumento equivalente.

19.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubatuba por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Não manter proposta e/ou deixar de encaminhar proposta readequada quando convocada;
- B - Recusar-se injustificadamente em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ou não atender os requisitos exigidos para qualificação técnica, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

19.1.2.1. Considera-se o não mantimento da proposta previsto na alínea “A”, a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigido, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

19.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:

A - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.

19.2. Concomitante às penalidades previstas, se sujeita à Licitante ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02

19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estarão previstas no Termo de Referência e na Minuta da Ata de Registro de Preços.

## **20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

20.1. Fica garantido ao Município de Ubatuba o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

20.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

20.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

20.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

20.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e o Município de Ubatuba não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2. Município de Ubatuba não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas por meio de terceiros.

21.3. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

21.5. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.6. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

21.6.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

21.6.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.7. É facultado ao (à) pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9. Todos os documentos que se exige cópia autêntica poderão ser autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

21.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.13. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.17. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.18. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.18.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 21.18.2. Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
- 21.18.3. Anexo III – Declaração Unificada;
- 21.18.4. Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Ubatuba, Paraná, 14 de novembro de 2023.

**FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**  
Prefeito

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6326/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4279/2023**

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, se destina à **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE LANCHES E SALGADOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

### 2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa para preparação de lanches e salgados que serão fornecidos em eventos, palestras, reuniões, conferências, formações e cursos ofertados pelas secretarias, com uma particularidade na Secretaria de Esportes, que deverá ofertar 6 atletas das categorias de base e ou adulto em competições na defesa da honra do Município, em viagens para fora do município de forma a colaborar com a manutenção e condição do atleta.

### 3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Visa-se a contratação do objeto na seguinte especificação, quantidade máxima estimada e valores unitários e totais máximos:

<b>GRUPO 1</b>					
Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	Beijinho, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, coco ralado desidratado sem açúcar, empanado com coco ralado /ou leite em pó integral, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 462667	20	UN.	96,65	1.933,00
2	Brigadeiro de chocolate preto, contendo os seguintes ingredientes: leite condensado, gordura vegetal hidrogenada, chocolate em pó 50% cacau, empanado com chocolate granulado /ou chocolate quadriculado, contendo de 10 a 15 gr a unidade, embalagem primaria: forma de papel colorida sendo as seguintes opções: vermelho, rosa, azul ou amarelo, embalagem secundária caixa de papelão com tampa contendo 100 unidades cada	20	UN.	96,65	1.933,00



	caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 445039.				
3	Mini Pão de queijo assado, ingredientes: Polvilho azedo, leite, sal, água, óleo, ovos, mussarela ralada. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, embalagem descartável com tampa contendo 1 kg e com 15 gramas a unidade. Código compras governamentais 460493	200	UN.	42,98	8.596,00
4	Bolo caseiro, sabor: Cenoura. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.465635	150	UN.	32,13	4.819,50
5	Bolo caseiro, sabor: Fubá. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.476817	150	UN.	31,07	4.660,50
6	Bolo caseiro, sabor: Chocolate. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.465633	150	UN.	31,45	4.717,50
7	Bolo caseiro, sabor: Laranja. Cobertura a definir. Elaborado em forma de 40x26x4,5 cm. Em embalagem descartável. CAT/MAT.456657	150	UN.	30,95	4.642,50
8	Mini Empada assada e recheada, frango catupiry, ou palmito com creme. Farinha de trigo enriquecida de ferro e ácido fólico, gordura hidrogenada, água, tomate, azeitona verde, gema de ovo, cebola, óleo de soja, sal, caldo de galinha e leite integral. Contendo 30g a unidade. Embalados em caixa com tampa, contendo 100 unidades cada caixa. Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado. Código compras governamentais 270025	100	UN.	217,04	21.704,00
9	Mini Esfirra fechada. Massa: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, fermento, ovos, leite e gordura vegetal. Recheio de carne: carne moída (patinho ou coxão mole sem gordura) temperada com limão, sal, pimenta do reino, alho, cebola e tomate. Recheio de pizza: Queijo mussarela ralado, apresuntado ralado, orégano e tomate. Sabor frango: Frango cozido, desfiado, refogado com alho, cebola, tomate, sal, catupiry ou requeijão cremoso, 20 gr a unidade, Embalados em caixa descartável com tampa, contendo 100 unidades cada caixa, preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer sujeira. CATMAT. 460593	100	UN.	182,83	18.283,00

10	Lanche pão francês contendo (pão francês com 2 fatias de presunto, 2 fatias de queijo tipo mussarela). compras governamentais 363092	2500	UN.	9,05	22.625,00
11	Salgados diversos fritos: risóles de carne, risóles de frango, travesseiro de pizza, croquete de calabresa apimentado, coxinha de frango, coxinha de carne, pastel de vento com carne, bolinha de queijo e quibe. Fritos em horário adequado para ser servido, peso médio de 14 à 16 gr a unidade, utilizar para a fritura óleo limpo sem cheiro ou sabor rançoso, salgados de cor clara sem farinha de rosca queimada (típico de óleo saturado). Preparados seguindo as normas de boas práticas de higiene, isentos de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao alimento preparado, Embalagem descartável com tampa contendo 100 unidades. Código compras governamentais 461970	400	UN.	71,70	28.680,00
12	Néctar de fruta, produto proveniente de matéria-prima sã, extraído de frutas in natura, isentas de sujidade e parasitas. Acondicionado em embalagem aluminizada interiormente com tampa de rosquear com lacre. Contendo 01 Litro, rótulo com a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Sabores: laranja, maracujá, pêssego e uva. Isento de qualquer produto de qualquer natureza impróprio ao suco. CATMAT 334296	400	UN.	13,30	5.320,00
13	Refrigerante 2 litros tipo coca ou guaraná. Embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade. CATMAT 344694	400	FR	14,24	5.696,00
<b>Valor total do grupo: R\$-133.610,00</b>					

#### 4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### 5. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O objeto desta licitação será entregue parceladamente de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A execução dos serviços compreende o fornecimento de alimentos e bebidas no local do evento, e demais atividades necessárias à sua boa execução.

6.1.2. Os materiais deverão ser entregues no local indicado na ordem de fornecimento.

6.1.4. Os alimentos deverão ser preparados utilizando-se matéria-prima e insumos de boa qualidade.

6.2. As bebidas deverão estar na temperatura adequada ao consumo no horário de lanche, sendo que a contratada deverá acondicioná-las corretamente.

6.2.1. Eventualmente, o serviço deverá ser prestado fora do horário comercial.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. A Contratada deve estar preparada para, eventualmente, atender a mais de 01 evento simultaneamente e em locais diferentes.

6.6. Os alimentos prontos, como bolos, salgados e doces, deverão ser entregues em embalagens próprias, adequadas ao tamanho de cada encomenda, embalado corretamente, não podendo haver nenhum tipo de fissuras nas embalagens, sendo ainda, dispostos em embalagens descartáveis, que não poderão ser reutilizadas pela contratada.

6.7. A organização dos alimentos e bebidas no local do evento deverá ser providenciada pela Contratada com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto na Ordem de Serviço.

6.8. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato Alvará da Vigilância Sanitária.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A empresa é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da empresa, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Os direitos e responsabilidades das partes são os dispostos na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços.

## 9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. A empresa deverá, quando do faturamento do objeto contratado, observar o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e no Decreto Municipal nº 87/2023, para emissão dos documentos fiscais, inclusive quanto ao correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

9.4. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04

0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00
1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	935	2.500,00
1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00
1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	939	2.500,00
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1602	2494	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00

0501	2530	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00
0605	2588	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1203	2648	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1401	2650	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1801	2666	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.800,00
1802	2667	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2935	2.500,00
1501	13116	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00
1501	13195	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00
0605	13635	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00

## 10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

### 10.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Claudinei Edson Dalla Corte

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

Proc. Administrativo 4.279/2023 | Anexo 4 EDITAL 3 LANC... E\_SALGADOS\_RETIFICADO.pdf (30/46)

[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

- Gabinete do Prefeito: Geraldo José dos Santos
- Secretaria de Educação: Elcia Godinho de Moraes
- Secretaria da Assistência Social: Claudineia de Sousa Lazaretti
- Secretaria da Saúde: Lilian Welz
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Neusa de Angeli Dalvi
- Secretaria de Esportes: Rafael de Melo Bartz
- Secretaria de Serviços Urbanos: Ronaldo Felipe Maciel
- Secretaria de Agricultura: Thiago Munhoz D' Alecio
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Luiz Antonio Marafon
- Secretário de Obras: Guilherme Santa Rosa

#### 10.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Lucimara Andrade Machado
- Gabinete do Prefeito: Francielly Trevillin Luiz do Amaral
- Secretaria de Educação: Paloma Fabiana de Souza Santos
- Secretaria da Assistência Social: Jean Carlos Bonissoni
- Secretaria da Saúde: Roselena Vieira
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Cintia Candida Paim
- Secretaria de Esportes: Julio Cesar Menigite
- Secretaria de Agricultura: Juliana Felizari Gnoatto
- Secretaria de Serviços Urbanos: Adriana Candida Sluzovski
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Helena Peteck
- Secretaria de Obras: Vitor Hugo Tiburcio de Almeida

##### 10.2.1 E na sua ausência, ficará a cargo dos servidores:

- Secretaria de Administração: Viviane Cristina Ciciliato Retamero
- Gabinete do Prefeito: Maria Eduarda Pio
- Secretaria de Educação: Andressa Fernanda Tomaz de Lima
- Secretaria da Assistência Social: Ellen Thais da Silva
- Secretaria da Saúde: Gessica karoline dos santos Rocatelli
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Reynaldo Borges Reis Neto
- Secretaria de Esportes: Maikon Cesar da Rocha Hoshi
- Secretaria de Agricultura: Danielle Penido da Silva
- Secretaria de Serviços Urbanos: Karla Tatiane Macario de Oliveira dos Santos
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Odílio Carmargo Alves
- Secretaria de Obras: Acacia Regia Amaral Wanderlind

10.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

10.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.



10.5. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 223/2023 e Portaria 290/2023.

## **11. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO**

11.1. As penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas serão as dispostas na Cláusula Décima Terceira da Minuta da Ata de Registro de Preços.

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA**

NOME DA LICITANTE  
Nº DO CNPJ  
Endereço, Cidade e Estado.  
Nº do Telefone.  
Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Eletrônico nº 173/2023.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

- 1.1. O valor global para a execução do objeto é de R\$-(valor por extenso).
- 1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.
- 1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Fornecedora para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Relação de itens cotados:

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal  
CPF e RG

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2023**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

A. Ter pleno conhecimento bem como atender a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame;

B. Inexistir fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da lei e que não está suspensa de licitar e contratar com o Município de Ubatuba, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;

C. Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

D. Que não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubatuba ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº

## ANEXO IV

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_ e e-mail \_\_\_\_\_, doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 6326/2023, Pregão Eletrônico nº 173/2023 e de acordo com as cláusulas a seguir:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE LANCHES E SALGADOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-(-).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O objeto desta licitação será entregue parceladamente de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A execução dos serviços compreende o fornecimento de alimentos e bebidas no local do evento, e demais atividades necessárias à sua boa execução.

6.1.2. Os materiais deverão ser entregues no local indicado na ordem de fornecimento.

6.1.4. Os alimentos deverão ser preparados utilizando-se matéria-prima e insumos de boa qualidade.

6.2. As bebidas deverão estar na temperatura adequada ao consumo no horário de lanche, sendo que a contratada deverá acondicioná-las corretamente.

6.2.1. Eventualmente, o serviço deverá ser prestado fora do horário comercial.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. A Contratada deve estar preparada para, eventualmente, atender a mais de 01 evento simultaneamente e em locais diferentes.

6.6. Os alimentos prontos, como bolos, salgados e doces, deverão ser entregues em embalagens próprias, adequadas ao tamanho de cada encomenda, embalado corretamente, não podendo haver nenhum tipo de fissuras nas embalagens, sendo ainda, dispostos em embalagens descartáveis, que não poderão ser reutilizadas pela contratada.

6.7. A organização dos alimentos e bebidas no local do evento deverá ser providenciada pela Contratada com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto na Ordem de Serviço.

6.8. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato Alvará da Vigilância Sanitária.

## **7. CLAÚSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas na presente Ata de Registro de Preços.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A fornecedora é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da empresa, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que porventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas na presente Ata de Registro de Preços.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **8.1. São direitos do MUNICÍPIO:**

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### **8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:**

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### **8.3. São obrigações da FORNECEDORA:**

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela FORNECEDORA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.



9.3. A FORNECEDORA deverá, quando do faturamento do objeto contratado, observar o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e no Decreto Municipal nº 87/2023, para emissão dos documentos fiscais, inclusive quanto ao correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

9.4. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0201	2340	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0205	2346	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0303	2350	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		8.000,00
0602	2413	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	10.000,00
0605	2423	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	384	4.123,04
0605	2424	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	3.500,00
0606	2428	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	494	2.500,00
0701	2446	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
0901	2453	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1001	2458	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1501	2487	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	934	2.500,00
1501	2488	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	935	2.500,00
1501	2489	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	936	2.500,00
1501	2490	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	846	2.500,00

1501	2491	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	939	2.500,00
1601	2492	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1601	2493	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1602	2494	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.500,00
1603	2495	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.600,00
1604	2496	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		2.756,00
1801	2502	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		3.505,25
0201	2504	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.000,00
0303	2514	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.000,00
0501	2530	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		7.825,71
0605	2587	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	384	3.500,00
0605	2588	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	3.500,00
0606	2592	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	494	2.500,00
0701	2610	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1201	2645	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1202	2646	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1203	2648	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00
1401	2650	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		2.500,00

1801	2666	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.800,00
1802	2667	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		3.000,00
1501	12560	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2935	2.500,00
1501	13116	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2934	2.500,00
1501	13195	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2873	2.500,00
0605	13634	339030071200	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	2352	3.500,00
0605	13635	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2352	2.500,00

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento

fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Claudinei Edson Dalla Corte
- Gabinete do Prefeito: Geraldo José dos Santos
- Secretaria de Educação: Elcia Godinho de Moraes
- Secretaria da Assistência Social: Claudineia de Sousa Lazaretti
- Secretaria da Saude: Lilian Welz
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Marcos da Silva Retamero
- Secretaria de Esportes: Rafael de Melo Bartz
- Secretaria de Serviços Urbanos: Ronaldo Felipe Maciel
- Secretaria de Agricultura: Thiago Munhoz D' Alecio
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Luiz Antonio Marafon
- Secretário de Obras: Guilherme Santa Rosa

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços aos servidores:

- Secretaria de Administração: Lucimara Andrade Machado
- Gabinete do Prefeito: Francielly Trevillin Luiz do Amaral
- Secretaria de Educação: Paloma Fabiana de Souza Santos
- Secretaria da Assistência Social: Jean Carlos Bonissoni
- Secretaria da Saude: Roselena Vieira
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Cintia Candida Paim
- Secretaria de Esportes: Julio Cesar Menigite
- Secretaria de Agricultura: Juliana Felizari Gnoatto
- Secretaria de Serviços Urbanos: Adriana Candida Sluzovski

- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Helena Peteck
- Secretaria de Obras: Vitor Hugo Tiburcio de Almeida

12.2.1 E na sua ausência, ficará a cargo dos servidores:

- Secretaria de Administração: Viviane Cristina Ciciliato Retamero
- Gabinete do Prefeito: Maria Eduarda Pio
- Secretaria de Educação: Andressa Fernanda Tomaz de Lima
- Secretaria da Assistência Social: Ellen Thais da Silva
- Secretaria da Saúde: Gessica karoline dos santos Rocatelli
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Reynaldo Borges Reis Neto
- Secretaria de Esportes: Maikon Cesar da Rocha Hoshi
- Secretaria de Agricultura: Danielle Penido da Silva
- Secretaria de Serviços Urbanos: Karla Tatiane Macario de Oliveira dos Santos
- Secretaria de Viação e Serviços Rurais: Odílio Carmargo Alves
- Secretaria de Obras: Acacia Regia Amaral Wanderlind

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 233/2023.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.



## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, XX de XXXXXX de 2023.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
FORNECEDORA

**Proc. Administrativo (Nota interna 14/11/2023 15:10) 4.279/2023**

**De:** Thiago G. - SEMAD-LICIT

**Para:** -

**Data:** 14/11/2023 às 15:10:37

Anexo edital com assinatura do prefeito

—

**Thiago Dadalto Gimenez**

Divisão de Licitação

**Anexos:**

EDITAL\_LANCHES\_E\_SALGADOS\_RETIFICADO\_assinado.pdf